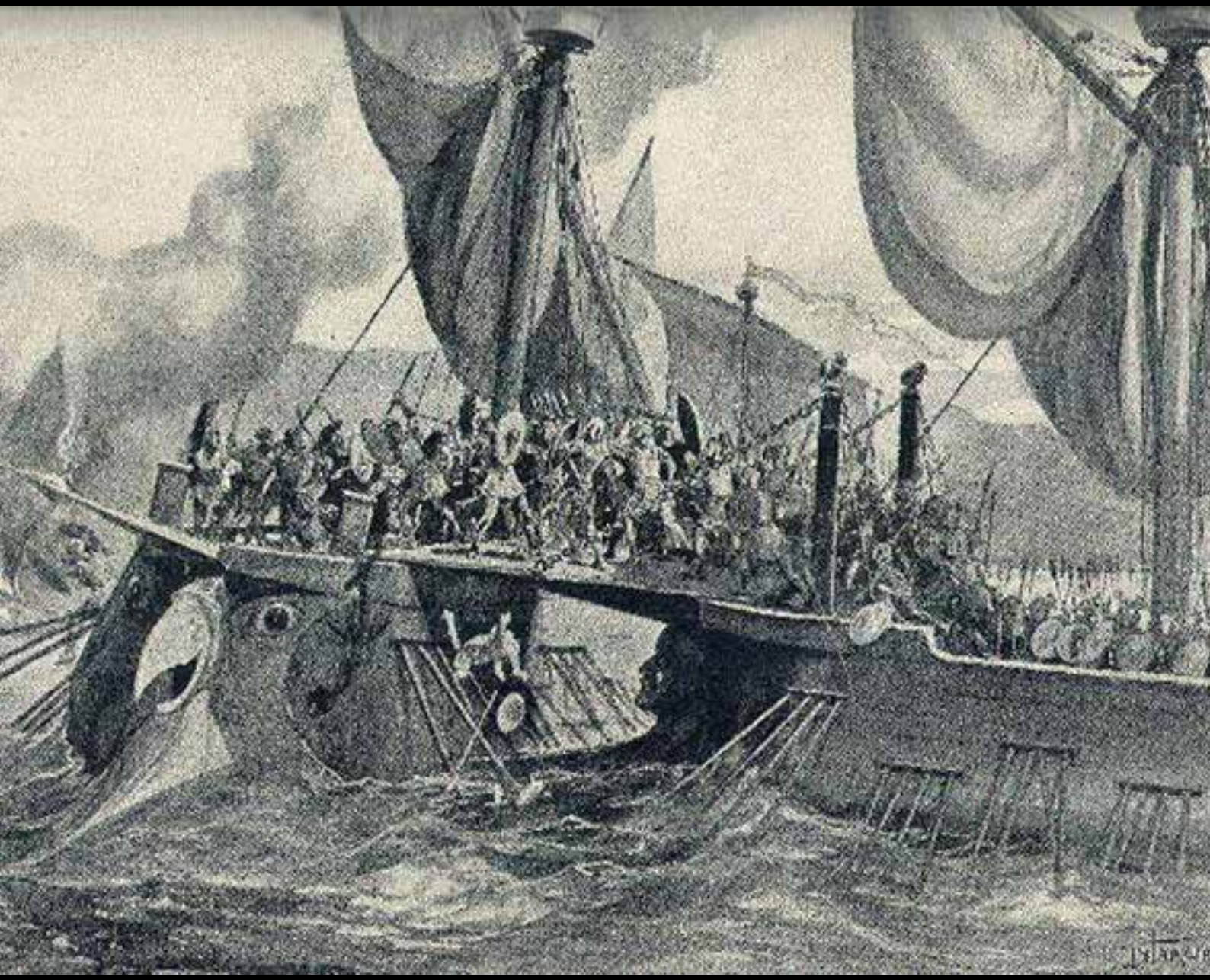
RBHM

Revista Brasileira de

História Militar



Ano IV - Nº 11
Agosto 2013

RB
HM

Editorial

Nesta edição contamos, pela primeira vez, com a participação de integrantes da Universidade de Brasília, na pessoa do Prof. Henrique Modanez e das pesquisadoras Beatriz Aires Cunha e Fernanda Freire. Contamos também com um artigo do Prof. Marcos Valle Machado da Silva, juntamente com pesquisadora Fernanda Martins Foly, ambos da Escola de Guerra Naval. Além dos trabalhos do Prof. Carlos Daróz, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Prof. Rodney Lisboa, da Universidade do Vale do Sapucaí.

Cesar Machado Domingues

Editor Responsável.

Imagem nesta página:

Batalha de Mylae. Durante a Primeira Guerra Púnica, a frota romana, sob o comando Caius Duilius, derrotou os cartagineses na costa da Sicília em 260 A.C. Ilustração de autoria desconhecida. Arquivo pessoal do Editor.

RB HM

Revista Brasileira de
História Militar
historiamilitar.com.br
ISSN 2176-6452

Conselho Editorial

Prof. Dr. Paulo André Leira Parente

Prof. Dr. Marcos Guimarães Sanches

Prof. Dra. Maria Teresa Toribio B. Lemos

Prof. Dra. Adriana Barreto de Souza

Prof. .Dra. Cláudia Beltrão da Rosa

Prof. Dr. Cesar Campiani Maximiano

Gen. Dr. Aureliano Pinto de Moura

Cel. Dr. Luiz C. Carneiro de Paula

CMG Prof. Ms. Francisco E. Alves de Almeida

Prof. Dr. Ricardo Pereira Cabral

Prof. Ms. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras

Cel. Prof. Ms. Cláudio Passos Calaza

Editor Responsável
Cesar Machado Domingues

Editores Associados
Carlos Eduardo M. Gama
Ronaldo Lucas da Silva

Administração e Redação
Rio de Janeiro – RJ. CEP 22.000-000
(21) 2537 6053 / 8896 7122
E-mail: editor@historiamilitar.com.br

Revisão e Diagramação
Daniel Albino da Silva

Índice

Impactos da Virada Estratégica Romana na Primeira Guerra Púnica (256 A.C.).....6

Henrique Modanez de Sant'Anna

Força Expedicionária Brasileira: 70 Anos. Uma Análise Política do Processo de Negociação, Criação e Dissolução.....14

Marcos Valle Machado da Silva

Fernanda Martins Foly

A Milícia Em Armas: o Soldado Brasileiro da Guerra de Independência.....33

Carlos Roberto Carvalho Daróz

"Operação Frankton": Ação Clandestina dos Commandos Navais Britânicos no Porto de Bordeaux (1942).....54

Rodney Alfredo Pinto Lisboa

A Invasão do Egito e a "Política da Desconfiança" dos Sucessores de Alexandre Magno (323-320 A.C.).....68

Beatriz Aires Fernandes Cunha

Fernanda Alvares Freire

Livro em Destaque.....81

IMPACTOS DA VIRADA ESTRATÉGICA ROMANA NA PRIMEIRA GUERRA PÚNICA (256 A.C.)

Henrique Modanez de Sant'Anna[1]

RESUMO

O artigo propõe uma sistematização das evidências disponíveis para a virada estratégica romana na Primeira Guerra Púnica, salientando seus precedentes gregos, bem como um estudo dos resultados encontrados em Cartago depois dessa virada. Sobre os seus impactos, destaca-se a atuação militar de um general vindo de Esparta, em sintonia com as principais táticas de seu tempo.

Palavras-chave: Primeira Guerra Púnica; estratégia militar; Roma.

INTRODUÇÃO

Políbio (1.29) nos informa que os cartagineses que haviam escapado do confronto em Ecnomus navegaram diretamente para Cartago e, "convencidos de que os inimigos, excitados por seu sucesso, fariam o ataque direto à própria cidade de Cartago", mantiveram-se atentos a todos os possíveis pontos de desembarque na área. Os romanos, contudo, desembarcaram a uma distância segura (Cabo Bon, no nordeste da atual Tunísia), certamente por terem conhecimento da dificuldade que seria tomar Cartago sem uma linha de abastecimento assegurada entre a Sicília e a África, e iniciaram uma série de cercos a cidades menores, sendo Aspis a primeira delas.

O que os romanos pretendiam com isso? Em princípio, poder-se-ia dizer que a decisão era unicamente de segurança para o desembarque, mas alguns indícios em Políbio (nossa principal fonte para o assunto) apontam para uma ocupação definitiva (ainda que por ser modelada), a qual deve ter sido planejada logo após a vitória em Ecnomus. Em primeiro lugar, antes de navegar em direção à Líbia, eles organizaram as suas provisões e repararam as embarcações capturadas; em seguida, assim que a Aspis foi tomada, guarnições foram ali deixadas para assegurar a cidade e o território; por último, mensageiros foram enviados a Roma para informar o ocorrido e obter instruções sobre o que deveria ser feito no futuro e como eles deveriam lidar com toda a situação. Se Políbio estiver correto na ordenação desses eventos, os romanos tinham em mente, mesmo antes de relatar os eventos ao

1 Professor Adjunto de História Antiga da Universidade de Brasília. Doutor em história pela Universidade de Brasília. E-mail: modanez@unb.br . Este texto é parte da tese de doutoramento defendida em 2011 na UnB, tendo sido publicado anteriormente como parte de um artigo mais amplo sobre as inovações cartaginesas na primeira metade do século III a.C.

Senado, assegurar uma posição forte em território inimigo, restando apenas a autorização de Roma para dar prosseguimento à expedição africana. A forma que essa expedição assumiria, contudo, estava nas mãos do Senado, visto que era esse o pico de sua *auctoritas*. A resposta não poderia ser diferente: um dos cônsules deveria permanecer na África com força adequada, enquanto o outro deveria retornar para Roma com a frota.

A VIRADA ESTRATÉGICA ROMANA (256 A.C.)

A invasão da África por um exército estrangeiro não era algo inédito; em 310 a.C., tal ousadia estratégica fora concebida por outro general, Agátocles de Siracusa, em situação similar a dos romanos: a dificuldade de se resolver a questão cartaginesa na Sicília (parte dela cartaginesa), forçando a batalha decisiva em território inimigo. No caso dos siracusanos, Agátocles estava provavelmente sem esperanças de receber auxílio diante da ofensiva cartaginesa na ilha, uma vez que os poderes políticos orientais não haviam manifestado interesse imediato nas questões do ocidente helenístico.

Diante disso, bem como da presença do inimigo, Agátocles decidiu inverter a estratégia e assolar o território africano, numa estratégia sem precedentes para os siciliotas, apostando no apoio que poderia obter dos líbios e no "esfriamento" do espírito combativo dos cartagineses, que, ao depositarem a responsabilidade da defesa de sua cidade nas mãos de mercenários (estando os mesmos ocupados em Siracusa), teriam perdido qualquer possibilidade de aquisição de experiência militar e "ardor combativo". Os soldados cartagineses, que viveriam luxuosamente numa paz prolongada, portanto, sem qualquer experiência nos perigos da batalha, seriam facilmente derrotados, como nos lembra Diodoro, "por aqueles que haviam sido treinados na escola do perigo" (DIODORO, 20.3; MEISTER, 1984: 394). Agátocles, então, reuniu cerca de 13.500 mercenários, preparou 60 embarcações e aguardou um momento de distração dos cartagineses para navegar rumo ao norte da África, provavelmente sem informar os seus homens de seu plano.

Se à época da invasão levada a cabo pelos romanos, eles tinham em mente a reprodução do que havia feito Agátocles cerca de 50 anos antes não sabemos por evidências diretas (como seria uma afirmação de Políbio ou referência a Agátocles em alguma reunião senatorial antes da deliberação sobre o que deveria ser feito pelas tropas na África), mas isso pode ser proposto com certo grau de plausibilidade por evidências indiretas. Como mostrei antes, os elementos necessários para a realização de uma expedição haviam sido pensados após Ecnomus e, uma vez na África com posição

militarmente assegurada, a pilhagem que se seguiu (em Aspis ou "escudo" e nos arredores) tem aparência exata ao que foi previamente feito pelo siracusano.

Além disso, é bem verdade que Políbio (15.35) registrou que Cipião, o Africano, aproximadamente 50 anos após a primeira invasão romana da África, teria respondido, quando questionado acerca dos maiores estadistas em coragem e sabedoria: "Agátocles e Dionísio". É bem provável, portanto, que a expedição de Agátocles fosse já conhecida pelos romanos no tempo da Primeira Guerra Púnica.

Outra evidência pode ser encontrada do lado cartaginês. Os comandantes cartagineses não queriam esperar o avanço impune dos romanos, talvez por que tivessem em mente a reprodução do que haviam enfrentado meio século antes com os gregos. Essa reação por parte de Cartago elucida, ainda, algo fundamental quanto à preservação das primeiras inovações em seu pensamento militar helenístico. Cartago não estava disposta a esperar que seu território fosse "corrompido" pelo inimigo, o que ocasionaria problemas de ordem logística (principalmente com a manutenção de seus aliados), de maneira que os generais decidiram partir de imediato para o embate com os invasores.

IMPACTOS DA VIRADA ESTRATÉGICA ROMANA EM CARTAGO

Na primeira fase das inovações militares em Cartago, um dos aspectos estratégicos que motivaram as inovações de ordem logística entre os cartagineses foi a preservação da lealdade das cidades africanas, uma vez que elas estavam debandando uma a uma para o lado grego. Aquela lição, agora aplicada ao caso romano, havia sido definitivamente aprendida pelos generais cartagineses. Asdrúbal e Bostar foram eleitos generais; Amílcar foi trazido às pressas da Sicília como terceiro general, juntamente com 500 cavaleiros e 5.000 soldados de infantaria (POLÍBIO 1.30; BRIZZI, 2004).

Como dito anteriormente, os três generais cartagineses optaram pelo combate direto com o inimigo, após terem assim deliberado, e encontraram Régulo e seus soldados próximos à cidade de Adus, na ocasião sitiada pelos romanos. Os cartagineses ocuparam um monte nos arredores e ali montaram acampamento, num local que Políbio (1.30) considerou ser inapropriado ao seu exército. Os experientes generais romanos teriam visto que o momento era adequado para o ataque inesperado, uma vez que o posicionamento do exército cartaginês, num terreno que tornava os elefantes e a cavalaria inúteis, lhes era propício. Ao atacar por ambos os lados do monte, os romanos tiveram a

primeira legião derrotada pela coragem (*gennaíos*) e vigor (*prothúmos*) dos mercenários, mas tendo avançado em busca dos legionários em fuga, expuseram sua retaguarda aos outros que atacavam no lado oposto. Os mercenários recuaram sãos e salvos, por fim, graças ao "escudo" oferecido pelos elefantes e cavaleiros que atingiram o nível plano (LAZENBY, 1996: 100-101; GOLDSWORTHY, 2000: 86).

Após a vitória de Régulo, Túnis caiu sob o domínio romano, tendo a cidade sido transformada na nova base de operações na África. Políbio (1.31) menciona, ainda, uma revolta por parte dos numídios (certamente encorajados com a presença romana) e a fome dos refugiados em Cartago, o que levou Régulo a tentar a submissão completa dos cartagineses. Políbio diz que os embaixadores estavam tão inclinados a aceitar o que Régulo lhes propunha, que eles sequer conseguiam prestar atenção à severidade de suas exigências. Fragmentos de Diodoro, contudo, mencionam que o Senado cartaginês enviou os homens mais nobres como embaixadores a Atílio (leia-se Régulo), para discutir os termos de paz, mas a paz proposta por ele não seria melhor que a escravidão, tamanha a dureza de seus termos (DIODORO, 23.12). Na mesma linha de Diodoro, outras fontes apresentam a iniciativa por parte de Cartago, recusando, portanto, que Régulo os tivesse intimado para propor os termos de paz. No fim das contas, a despeito da natureza oposta dos relatos sobre quem teria tomado a iniciativa para a conclusão da paz (se Cartago ou Roma) e da situação drástica em que Cartago se encontrava uma vez mais, o Senado cartaginês manteve a opção pela defesa armada, como no caso dos gregos, a qual seria assegurada, em princípio, pelas muralhas de Cartago e, em seguida, pelo recrutamento do número de soldados mercenários que os seus recursos permitissem pagar[2].

No momento seguinte à derrota para Régulo e ao fracasso das negociações de paz (tenham elas sido lideradas por iniciativa dos cartagineses ou pelo general romano), um dos oficiais de recrutamento que Cartago tinha previamente enviado à Grécia retornava com um número considerável de soldados, entre eles Xantipo de Esparta, "um homem que havia participado do sistema de treinamento espartano" (POLÍBIO, 1.32). Lazenby recorda que, embora Diodoro se refira a Xantipo como "esparciata", a indicação de Políbio (quase sempre mais preciso que Diodoro) sugere algo mais próximo dos *mothakes*, homens de famílias pobres que eram patrocinados por alguém mais rico e

2 Essa seria, de acordo com Diodoro (29.6), a grande vantagem em se recrutar mercenários: "uma abundância de forças militares estrangeiras é muito vantajosa para o lado que a emprega e terrível para o inimigo, considerando que os empregadores trazem consigo, sem grandes custos, homens para lutar em seu nome, ao passo que forças citadinas, mesmo quando vitoriosas, são prontamente enfrentadas por um corpo de oponentes intactos. No caso dos exércitos políadas, uma simples derrota significa um desastre completo, ao passo que no caso dos mercenários, ainda que sejam por muitas vezes derrotados, os empregadores mantém suas forças intactas durante o tempo que durar seus recursos".

criado com seus filhos (LAZENBY, 1996: 102-103).

Diante do que havia recentemente ocorrido aos cartagineses, Xantipo conclui, "após ter uma visão ampla dos recursos restantes dos cartagineses e de sua força em cavalaria e elefantes", que a derrota para os romanos na África não se devia aos romanos, mas aos próprios cartagineses, "por meio da inexperiência de seus generais". A conclusão do general mercenário teria sido, em princípio, difundida entre os seus amigos, mas logo chegado aos ouvidos dos líderes cartagineses, que decidiram chamá-lo e examinar a sua linha de raciocínio. Após explicar como Cartago poderia derrotar os romanos (ao invés de assegurar simplesmente a sua posição), os generais cartagineses, "persuadidos", "confiaram-lhe imediatamente as suas forças". Embora a decisão dos generais tenha gerado alguma reação violenta por parte da população, quando Xantipo liderou o exército para fora da cidade em ordem, e ali começou a "manobrar algumas partes dele corretamente", "dando comandos de acordo com os costumes", o que havia sido feito pelos generais anteriores (cartagineses) contrastou de tal maneira que os soldados tiveram seus ânimos revigorados sob o comando do general estrangeiro.

Nessa situação a empolgação de Políbio ao falar da competência de um general grego é evidente (GOLDSWORTHY, 2000: 88), mas há algo mais relevante a ser observado. Se Xantipo realizou as manobras que Políbio indica, uma possibilidade é que tenha existido um período de treinamento (possivelmente de alguns meses) sob o espartano. A outra possibilidade é que o exército já tivesse conhecimento dos termos militares usuais na arte da guerra grega, possivelmente devido ao seu passado de lutas na Sicília, mas que os generais fossem incapazes de executá-los da forma correta, de onde sobressairia o que Políbio acreditou ser a sua (dos cartagineses) incompetência ou imperícia nos assuntos militares. Se o exército cartaginês que lutou na África contra Régulo fosse composto somente por mercenários gregos, a segunda explicação seria a mais plausível das duas, já que não temos referências diretas nas fontes ao treinamento das tropas por Xantipo. Mas esse não parece ter sido o caso do exército em questão. Políbio não menciona origens étnicas das tropas que lutaram em Adus, no primeiro encontro com Régulo (e que eram, ao menos parcialmente, as mesmas sob Xantipo); tampouco o faz para a batalha de Túnis. Em todo caso, a "falange dos cartagineses", mencionada por Políbio em Túnis em contraste com os seus mercenários, deve ter sido cartaginesa ou de aliados líbios, submetidos ao que os gregos chamavam de *summachia*. Além disso, um exército cartaginês na África devia contar, como na maioria dos casos, com grande número de soldados líbios, os quais desconheciam como regra geral, para começar, a língua grega. Para dar os comandos, ainda

que isso não seja mencionado no provável treinamento das tropas, Xantipo teria lançado mão, como já havia feito em ocasiões anteriores, de um ou mais intérpretes.

Passado certo tempo, então, os cartagineses começaram a marchar em territórios nivelados e a montar acampamento em locais planos, até conseguirem avistar o inimigo (POLÍBIO, 1.33). Acampados próximos aos romanos (a uma distância aproximada de 1.800 metros ou 10 estádios gregos), os cartagineses aguardaram a deliberação do Senado. Aqui emerge uma questão central para a compreensão do papel que Xantipo teria desempenhado na batalha, encerrado o treinamento das tropas. Segundo Políbio, o clamor das tropas por Xantipo, aliado aos pedidos do próprio general espartano, fizeram com que os cartagineses o revestissem de autoridade para a condução da batalha. Daí se conclui que antes da batalha de Túnis Xantipo não estava no comando do exército, sendo responsável apenas pelo treinamento das tropas (como sugeri antes). Na batalha, contudo, se ele não liderou o exército como único general (como sugere toda a história prévia da arte da guerra cartaginesa), ele o fez como "general de suporte" dos comandantes cartagineses (que Políbio não menciona), conduzindo um total de 12.000 soldados de infantaria, 4.000 cavaleiros e praticamente 100 elefantes.

Após treinar a infantaria cartaginesa, Xantipo teve a oportunidade de liderar o exército cartaginês em campo de batalha. Em Túnis, as táticas que puseram fim às legiões de Régulo apresentavam uma semelhança incontornável com aquelas empregadas pelos generais helenísticos após Alexandre. Esse é um indício que não pode ser ignorado; ao lado do treinamento da infantaria cartaginesa, Xantipo parece ter transformado o exército cartaginês numa autêntica arma helenística, o que será, de acordo com Brizzi, incorporado por Amílcar Barca.

Em Túnis, Xantipo dispôs a falange de cartagineses ao centro, com um corpo de mercenários à sua direita (o lado mais desprotegido do corpo de infantaria, devido à ausência do escudo ao lado direito do último homem). Tendo dividido a cavalaria nas alas (ligeiramente mais adiantada que a infantaria ao centro), o restante dos mercenários (provavelmente dardeiros ou fundibulários) foi lotado ali, para desempenhar claro papel de força de apoio às tropas montadas. Os elefantes, por sua vez, encontravam-se dispostos à frente da linha principal, ao centro, em "distância segura" da infantaria. Do lado romano, apesar da expressão vaga usada por Políbio (1.33) para definir o modo no qual as legiões foram organizadas por Régulo, o posicionamento dos *velites* à frente da infantaria (apostando no efeito que os dardos teriam nos paquidermes) e a profundidade das unidades manipulares (algo

incomum, a menos que fosse necessário dar maior coesão e, portanto, confiança aos homens nas linhas de frente) indicam que o general romano estava preocupado com o impacto - principalmente psicológico - que os elefantes teriam em seus soldados[3].

Em primeiro lugar, Xantipo ordenou que os elefantes avançassem contra os romanos ao centro e que a cavalaria em ambas as alas fizesse um movimento em torno da infantaria para atacá-la pelos flancos e retaguarda (após vencer a cavalaria inimiga, é claro). Os romanos, em contrapartida, seguindo seus costumes, começaram a bater as armas contra seus escudos, emitindo seu grito de guerra enquanto avançavam. A cavalaria romana, muito inferior em número, logo bateu em retirada, sem oferecer muita resistência à ofensiva inimiga. A ala esquerda dos romanos, normalmente composta por aliados, avançou com sucesso contra os mercenários dispostos à direita do exército cartaginês e, pondo-os em fuga, perseguiram os vencidos até o acampamento. A porção central da legião, a qual estava de frente para os elefantes, inicialmente resistiu, mas logo cedeu ao avanço dos paquidermes, e toda a formação foi rompida no momento em que os cavaleiros cercaram os romanos pelos lados e pela retaguarda. Os que foram capazes de passar pelos elefantes, sem serem pisoteados por eles, acabaram por se deparar com a "falange cartaginesa" (até então intacta) disposta atrás dos animais em boa ordem (POLÍBIO, 1.34). Quanto às baixas, Políbio registrou somente 800 homens entre os mercenários cartagineses (particularmente aqueles que haviam enfrentado a ala esquerda romana), sem mencionar o restante do exército. Do lado romano, excetuando os 2.000 soldados que perseguiram os mercenários cartagineses em fuga e alguns homens que escaparam com Régulo, todos pereceram em batalha.

Sob Xantipo, os paquidermes passaram a ser empregados como entre os generais helenísticos. Políbio relata que Xantipo, antes de analisar os recursos logísticos de Cartago e, portanto, de ser nomeado general dos cartagineses por tempo limitado, tomou conhecimento do que havia recentemente ocorrido e da maneira como havia ocorrido. Certamente, o historiador estava se referindo à derrota para Régulo e ao fracasso em Acragas, na Sicília, evento que teria, segundo Políbio, transformado a estratégia romana na guerra. De Acragas para Túnis, passando pelo fracasso no uso dos cavaleiros e elefantes em Adus, quando os três generais cartagineses decidiram enfrentar os romanos antes que esses prosseguissem com a pilhagem de seu território, notamos uma mudança notável no emprego das tropas de Cartago, tanto em seu treinamento (no caso da infantaria) quanto em sua aplicação (no

3 Lazenby (1996, 104-105) sugere uma organização em seis linhas, ao invés das três linhas tradicionais (*hastati*, *principes*, *triarii*); Goldsworthy (2000, 89) sugere as três linhas tradicionais com um número maior de linhas.

caso dos cavaleiros e elefantes) em campo de batalha.

REFERÊNCIAS

- BRIZZI, Giovanni. **Le guerrier de l'antiquité classique: de l'hoplite au légionnaire**. Monaco: Rocher, 2004.
- DIODORO DA SICÍLIA. **Biblioteca Histórica**. Tradução de Russel Geer e Francis Walton. Cambridge, MA/London: Harvard University Press, 2006.
- GOLDSWORTHY, PUNIC WARS, Adrian. **The Punic Wars**. London: Cassell, 2000.
- LAZENBY, FIRST PUNIC WAR, John Francis. *The First Punic War: a military history*. London: UCL Press, 1996.
- MEISTER, K. "Agathocles". WALBANK, F.W.; ASTIN, A.E. **The Cambridge Ancient History**. Vol. 7 (1). Cambridge: University Press, 1984. PP.384-411.
- POLÍBIO. **Histórias**. Tradução de W. R. Paton. Cambridge, MA, London: Harvard University Press, 2005.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: 70 ANOS. UMA ANÁLISE POLÍTICA DO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO, CRIAÇÃO E DISSOLUÇÃO

Marcos Valle Machado da Silva[1]

Fernanda Martins Foly[2]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar o processo político de negociação, formação, envio e dissolução da Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a Segunda Guerra Mundial, bem como evidenciar as contradições a que se viu exposto o Estado Novo em função da participação brasileira naquele conflito. Secundariamente são, rememorados, de forma sumarizada, os feitos e o valor dos militares brasileiros que combateram na Itália e escreveram uma das mais belas páginas dos anais militares da nação brasileira.

Palavras-chave: Estado Novo; Força Expedicionária Brasileira; Segunda Guerra Mundial.

ABSTRACT

This article has as purpose to analyze the political process of negotiation, formation, sending and dissolution of Brazilian Expeditionary Force (BEF) during the Second World War, as well as highlight the contradictions to which it was exposed the New State due Brazilian participation in that conflict. Secondly are recalled, in the summary form, the achievements and value of Brazilian soldiers who fought in Italy and wrote one of the most beautiful pages of military annals of the Brazilian nation.

Keywords: Brazilian Expeditionary Force; New State; Second World War.

1 Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Relações Internacionais (UERJ) e em Estudos Estratégicos (UFF). Professor da Escola de Guerra Naval (EGN).
2 Graduanda em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (UFRJ) e pesquisadora do Laboratório de Simulações e Cenários da Escola de Guerra Naval (EGN).

"A guerra é a luta entre duas vontades que se empenham até o último sacrifício – 'o da própria vida' – na conquista da vitória".

(Marechal Mascarenhas de Moraes in Memórias, Volume II, p.365)

Neste ano em que é celebrado o septuagésimo aniversário de criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial nos pareceu um tema desafiador, principalmente ao enunciarmos as seguintes questões: Como se desenvolveu o processo político que redundou na formação de um Corpo Expedicionário Brasileiro a ser enviado para os campos de batalha na Itália? Por que razões esse Corpo Expedicionário foi dissolvido antes mesmo do regressar ao Brasil? Qual o impacto, sobre o chamado Estado Novo, da participação em combate de tropas brasileiras contra as forças militares da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini?

Buscando discutir essas questões, este artigo tem como objetivo analisar o processo político de negociação, formação, envio e dissolução da Força Expedicionária Brasileira durante a Segunda Guerra Mundial, bem como evidenciar as contradições a que se viu exposto o Estado Novo em função da participação brasileira naquele conflito. Secundariamente, não poderíamos nos omitir a, ainda que de forma sumarizada, rememorar os feitos e o valor dos militares brasileiros que combateram na Itália e escreveram uma das mais belas páginas dos anais militares da nação brasileira.

Para a consecução do objetivo proposto serão inicialmente efetuadas algumas considerações conceituais que irão embasar o presente trabalho. Em seguida, será feita uma breve inserção no contexto histórico que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, apresentando a posição brasileira por ocasião do início do conflito, ressaltando a importância estratégica da região Nordeste brasileira para os aliados nos primeiros anos da guerra. Segue-se uma síntese dos fatos que levaram à declaração de guerra do governo brasileiro à Alemanha e à Itália, e a análise do processo de negociação com os Estados Unidos da América (EUA) para formação de uma Força Expedicionária Brasileira e seu subsequente envio para combater no Teatro de Operações[3] Europeu. Será apresentada uma síntese

3 Entendido neste trabalho, como sendo o espaço geográfico onde são conduzidas as operações que constituem uma campanha militar (Nota do Autor).

da atuação da FEB na Itália, onde serão sumarizados os seus feitos militares. Em sequência, será abordada a questão da dissolução da FEB, antes mesmo do seu regresso ao Brasil, evidenciando as contradições à que se viu exposto o Estado Novo em função da participação brasileira naquele conflito.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

A declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, ou seja, a participação como beligerante no conflito ao lado dos "Aliados" pode ser explicada por diversos *constructos* teóricos das relações internacionais, entre eles o Neo-Realismo de Kenneth Waltz. Utilizando-se o modelo sistêmico de estrutura do sistema internacional proposto por aquele autor em *Theory of International Politics* (1979), entende-se que as pressões e constrangimentos decorrentes do arcabouço estrutural daquele período levaram o governo brasileiro, consoante com seu posicionamento naquela estrutura, a se engajar no conflito ao lado dos Estados Unidos da América.

Por esta construção teórica, a distribuição de capacidades entre os Estados, na década de 1930 e início da década de 1940, apontava para uma estrutura multipolar que, para o Brasil, evidenciava-se entre três polos: os EUA, o Reino Unido e a Alemanha. O primeiro, exceto no período 1929-1933, vinha aumentando progressivamente sua participação econômica e financeira com o Brasil. A Alemanha também buscava reativar sua economia, mediante ao comércio compensado, conforme será adiante comentado. Já o Reino Unido, que durante anos fora o principal investidor financeiro e parceiro comercial do Brasil, perdia terreno para os dois primeiros. Quando esses polos entraram em conflito aberto, as pressões decorrentes da estrutura do sistema internacional forçaram o governo brasileiro a uma opção por um dos lados. A situação de conflito praticamente isolava a Alemanha do Brasil, em função do bloqueio ao comércio marítimo alemão, por parte da *Royal Navy*. Assim, deixava de existir o vínculo comercial, com um dos polos beligerantes, mas permanecia a pressão decorrente da estrutura do sistema internacional, tendo os EUA como polo de atração predominante em relação ao Brasil.

A partir de dezembro de 1941, com a entrada dos EUA no conflito, cresceu a pressão norte-americana sobre o governo Vargas, principalmente pela necessidade de fornecimento de matérias-primas necessárias ao esforço de guerra norte-americano e pela posição estratégica do saliente

nordestino[4]. A própria estrutura – cujos polos estavam em guerra – também condicionava os EUA a fazer concessões de interesse do governo brasileiro. Neste contexto, a opção pelo engajamento no conflito, ao lado dos EUA, torna-se explicável pela ótica do Neo-Realismo e sua abordagem sistêmica do sistema internacional, onde a estrutura anárquica é delineada em função da distribuição de capacidades entre os Estados, sendo que aqueles dotados de maior capacidade constituem os polos de poder dessa estrutura e que atraem para suas esferas de influência aqueles de menor capacidade.

Por outro lado, o envio de uma Força Expedicionária para efetivamente combater no Teatro de Operações Europeu não pode ser entendido pelo *constructo* de Waltz, principalmente porque não havia essa demanda por parte dos EUA. Portanto, faz-se necessário analisarmos a questão à luz da Política Externa, que é um conceito que permite trabalhar também com as variáveis decorrentes da política interna de um Estado. Assim sendo, neste trabalho, Política Externa é entendida, em sentido amplo, como o canal através do qual as políticas e estratégias internacionais de um Estado são formuladas, executadas e avaliadas. A política exterior fornece o conteúdo da diplomacia a partir de uma perspectiva interna (GONÇALVES, 2005, p. 186. CERVO, 2008, p. 9).

Por esta conceituação, a Política Externa, em sua formulação e execução, contempla as demandas internas do Estado sendo, portanto, o elo entre o nacional e o internacional. Feitas estas considerações iniciais, será efetuada uma apresentação sumária do contexto que antecedeu ao conflito militar em pauta, visando iniciarmos a compreensão dos fatores internos e externos que levaram ao envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial e à criação da FEB.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Durante a década de 1930, paralelamente à ascensão do nacional socialismo na Alemanha e à consolidação do fascismo na Itália, o governo Vargas colocou em prática uma política de equidistância em relação aos regimes fascistas emergentes e às potências democráticas. Para compreendermos essa política – e o sucesso relativo dela decorrente - não podemos perder o foco no contexto internacional daquele período e seus reflexos sobre o Brasil.

A crise econômica internacional no início da década de 1930 implicou em uma redução nas importações efetuadas pelos países desenvolvidos, com efeitos negativos sobre as exportações

4 A expressão "saliente nordestino" é relativa à parte mais a leste do Brasil e que está mais próxima da porção oeste do continente africano, englobando os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernanbuco e Alagoas. Essa questão será ampliada ao longo deste artigo (Nota do autor).

brasileiras de café. Cabe recordar que essa *commodity* representava cerca de 70% das receitas advindas das exportações brasileiras. Do mesmo modo, a entrada de capital estrangeiro no Brasil foi sensivelmente reduzida. Os dois fatores causaram um forte impacto na balança comercial, bem como na balança de pagamentos do país (PINHEIRO, 2004, p. 22).

Esse contexto começou a ser revertido com a percepção por parte dos EUA e da Alemanha de que a recuperação de suas respectivas economias dependia da reativação do comércio internacional. Os dois países voltaram-se para a busca de mercados e fontes de matérias-primas na América Latina. No entanto, suas estratégias comerciais e políticas eram consideravelmente distintas. Os EUA buscavam garantir sua liderança com base nos princípios do livre-comércio e na valorização da democracia liberal. Já a Alemanha, carente de divisas, buscava acordos bilaterais de compensação (troca de mercadorias sem intermediação de moeda forte, mediante quotas estipuladas) e politicamente despontava como um modelo de autoritarismo nacionalista.

Internamente, as elites brasileiras dividiam-se entre esses dois modelos e, consequentemente, nossa política externa procurava contemplar essas duas percepções e, com habilidade, explorar as vantagens decorrentes de uma e outra. Nesse contexto, a política externa brasileira contemplou, nesse período, um "movimento pendular" entre os EUA e a Alemanha que, de fato, resultou em vantagens econômicas para o país (*Ibid*., p. 22-24). No entanto, essa política em breve teria de ser reformulada em função de uma série de crises internacionais, protagonizadas pela Alemanha e que culminariam com o início da Segunda Guerra Mundial.

O POSICIONAMENTO BRASILEIRO NO PERÍODO 1939 –1942

As sucessivas crises desencadeadas pelo governo alemão indicavam o prelúdio de uma nova guerra que, no entanto, a diplomacia das grandes potências europeias procurava por todos os meios evitar. Hitler mostrava que o tratado de Versalhes fora rasgado, pois implementou um intenso programa de rearmamento, reocupou militarmente a região da Renânia,[5] e em uma sequência espetacular de oportunismo anexou a Áustria, avançou sobre os Sudetos[6] e, posteriormente, ocupou toda a Tchecoslováquia. O extraordinário é que tudo foi realizado com o beneplácito da França, do Reino Unido, bem como da falida Liga das Nações. No entanto, ao invadir a Polônia, em 01 de

5 Renânia – região ao longo da margem esquerda do rio Reno, na fronteira com a França e que pelo Tratado de Locarno deveria permanecer permanentemente desmilitarizada (KISSINGER, 1999, p. 293).
6 Sudetos – região habitada por população de etnia alemã e que por ocasião do Tratado de Versalhes foi incorporada ao território da então Tchecoslováquia (*Ibid.,* p. 333-334).

setembro de 1939, Hitler excedeu os limites considerados aceitáveis pela França e pelo Reino Unido, levando esses dois Estados a declararem guerra à Alemanha nazista.

Uma vez deflagrada a guerra na Europa, o governo brasileiro declarou sua posição de neutralidade em relação ao conflito. Porém, em julho de 1940, na conferência dos Ministros das Relações Exteriores, realizada em Havana, foi dado um passo além da neutralidade, não só pelo Brasil, mas por todos os países do continente, uma vez que deliberaram, em conjunto, que: "*Todo atentado de Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, contra a soberania ou independência política de um Estado americano, será considerado como ato de agressão contra os Estados que firmam esta declaração*" (MORAES, Volume I, 1984, p. 129-130).

No que tange ao Brasil, o início da guerra na Europa facilitou a obtenção de concessões econômicas junto ao governo norte-americano. Em 1940, fruto do bloqueio naval efetuado pela *Royal Navy* à Alemanha, o comércio com aquele país estava praticamente interrompido. Paralelamente, houve um incremento comercial com os EUA e, dentro da política de "barganhas", que o governo Vargas explorava com habilidade, foi obtido o compromisso do governo norte-americano para o financiamento da construção de uma siderúrgica de grande porte no país, bem como a garantia de assistência militar ao Brasil. No início de 1941, o projeto da siderúrgica estava em andamento, bem como foi criada uma missão de assistência militar e estabelecido um programa de empréstimo e arrendamento, essencial para a defesa brasileira.

Após o ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, os EUA declararam guerra ao Japão, iniciando sua participação efetiva no conflito. Em consonância com o compromisso assumido na conferência de Havana, o governo brasileiro anunciou, em 28 de janeiro de 1942, na Conferência dos Chanceleres Americanos, o rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha, Itália e Japão (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 47-49).

Os atos de solidariedade aos Estados Unidos dariam vez à hostilidade alemã contra os navios mercantes brasileiros, que se dirigiam ou procediam dos portos norte-americanos. Nossos navios passaram a ser alvos dos submarinos alemães e dos seus aliados italianos. Nos meses seguintes, o tráfego marítimo relacionado com a navegação de cabotagem ao longo do litoral nacional, também se tornou alvo dos submarinos ítalo-alemães. No período compreendido entre 14 de fevereiro a 19 de agosto de 1942, foram afundados 19 navios mercantes brasileiros,[7] causando a morte de 743 pessoas,

7 Navios mercantes afundados no período mencionado: Cabedelo, Buarque, Olinda, Arabutã, Cairu, Parnaíba, Comandante Lira, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamandaré, Piave, Barbacena, Baependi, Araraquara, Aníbal

entre tripulantes e passageiros (GAMA, 1982, p. 276-277). Assim, em decorrência da sistemática agressão sofrida, o governo brasileiro, respaldado pelo forte apoio popular e pela pressão exercida por parte dos EUA, declarou guerra à Alemanha e à Itália[8] em 22 de agosto de 1942 (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 61).

A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO BRASIL

Após a entrada dos EUA no conflito, a presença de forças militares norte-americanas no Nordeste brasileiro passou a ser vista pelo governo daquele país como extremamente importante, uma vez que as novas bases aéreas construídas na região estavam praticamente indefesas. Estas bases foram planejadas em 1940, dentro do conceito de defesa hemisférica e na segunda metade de 1941, já se encontravam parcialmente operacionais (CONN, FAIRCHILD, 1989, p. 303).

Em meados de 1942, os EUA e a Inglaterra preparavam-se para desencadear a Operação *Torch* – a invasão das colônias francesas controladas pelo governo de *Vichy*, no noroeste africano (Marrocos e Argélia) – com o propósito de fazer com que os alemães tivessem que lutar em duas frentes no Teatro de Operações da África do Norte. Assim, havia a premente necessidade de levar aviões, através do Atlântico, para aquele Teatro de Operações. No entanto, o percurso EUA - Islândia - Inglaterra - África do Norte, era exequível apenas para as aeronaves de maior alcance[9]. Além do que, as condições meteorológicas do Atlântico Norte acarretavam limitações constantes aos voos dessa natureza durante grande parte do ano (WALTERS, 1986, p. 72).

Neste contexto, entra o Brasil, com o saliente nordestino a cerca de 3.000 quilômetros da África do Norte. Em 23 de maio de 1942, ou seja, ainda antes da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália, firmou-se um acordo com os EUA permitindo a utilização militar das bases navais e aéreas localizadas no nordeste brasileiro, o que reduzia a praticamente à metade o espaço marítimo a ser sobrevoado na travessia aérea Natal - Dacar[10] (GAMA, 1982, p. 18 - 19).

Em síntese, a posição estratégica do Brasil no Atlântico sul e a sua importância como fornecedor de matérias-primas necessárias ao esforço de guerra dos beligerantes, conferiam ao nosso

Benévolo, Itagiba, Arará e Jacirá (GAMA, 1982, p. 276 e 277).

8 O Brasil só declarou guerra ao Japão em 6 de junho de 1945 (CARNEIRO; SILVA, 1998, p. 11).

9 Alcance da Aeronave - Distância que uma aeronave pode percorrer, em determinadas condições, sem reabastecimento (BRASIL, 2007, p. 24). Difere da expressão Raio de Ação que corresponde à distância que uma aeronave pode afastar-se de uma determinada base para cumprir uma tarefa específica e regressar ao mesmo local de decolagem, com determinada reserva de combustível (*Ibid*., p. 221).

10 Esse tráfego aéreo envolveu cerca de 2.500 aeronaves movendo-se do Brasil para a África, sendo o corredor aéreo por onde fluiu grande parte das aeronaves destinadas aos aliados que lutavam naquele Teatro de Operações e posteriormente na Sicília e no sul da Itália (CONN; FAIRCHILD, 1989, p. 326).

país uma importância geopolítica que evidentemente não permitiria a manutenção de uma política de absoluta neutralidade, sob pena do país ter parte do seu território ocupado por forças militares de um dos beligerantes.

A soma de todos os fatores supracitados – possibilidade de ganhos concretos para o país, com vantagens políticas para o governo de então, em decorrência do espaço de proposição internacional possibilitado pelo início do conflito, bem como as pressões externas emanadas dos EUA em função da importância estratégica do país – contribuíram para o progressivo alinhamento com os EUA no conflito. Assim, passamos da neutralidade, para a solidariedade hemisférica - com a construção de bases no nordeste brasileiro pelos EUA. Seguiu-se o rompimento diplomático com os países do Eixo após o ataque japonês a *Pearl Harbor*. Em sequência, permitimos que os EUA utilizassem as bases supracitadas de modo que a neutralidade deixava de existir. Assim, nosso tráfego mercante passou a ser alvo da guerra submarina movida pela Alemanha e Itália. O afundamento de 19 navios brasileiros catalisou o apoio da opinião pública – habilmente explorado pelo governo Vargas – levando a declaração de Guerra à Alemanha e à Itália em 22 de agosto de 1942.

Feita essa breve síntese do contexto que levou ao envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, temos que abordar a questão que levou à decisão do envio de uma Força Expedicionária ao Teatro de Operações Europeu. Esse acontecimento não era uma decorrência natural da declaração de guerra aos países do Eixo, nem mesmo uma demanda norte-americana. Temos então que buscar quais fatores levaram o governo brasileiro a essa decisão e como ela foi implementada.

A FEB – NEGOCIAÇÃO, FORMAÇÃO E ENVIO

A negociação referente à participação militar do Brasil no Teatro de Operações Europeu começou a ser formalmente discutida em abril de 1943, quando representantes dos governos norte-americano e brasileiro reuniram-se para tratar do esforço de guerra conjunto. Conforme orientação recebida do Presidente Vargas, a representação brasileira apresentou um plano para o emprego de uma Força Expedicionária com o efetivo de três Divisões, a serem equipadas e treinadas pelos EUA. Como resultado dos entendimentos entre os dois governos, os Estados Unidos concordaram em enviar ao Brasil 50% do equipamento para uma Divisão de Infantaria, o qual seria utilizado para treinar as Divisões brasileiras. As tropas brasileiras que fossem enviadas ao estrangeiro seriam reequipadas pelos EUA, no próprio Teatro de Operações Europeu (CONN, FAIRCHILD, 1989, p. 328).

O governo Roosevelt concordou com a participação do Brasil na guerra, porém o governo britânico considerava inviável a participação da FEB nas operações de combate, devido ao atraso técnico em que se encontravam as tropas brasileiras. A insistência de Vargas junto ao Governo Roosevelt fez com que o Reino Unido aceitasse a participação do Brasil nos combates. No entanto, das três Divisões originalmente pensadas, apenas uma Divisão de Infantaria foi formada nos moldes da doutrina militar norte-americana vigente. Isso porque as necessidades logísticas de treinamento, equipamento e transporte, essa última fator capital, tornaram o projeto original dificilmente exequível.

As instruções para a organização da Força Expedicionária Brasileira foram publicadas na Portaria Ministerial número 47-44, de 9 de agosto de 1943. Essas instruções previam a que a FEB fosse constituída pela 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) e algumas unidades não divisionárias.[11]

A 1ª DIE teria sua principal força de combate nucleada em três Regimentos de Infantaria (RI): o 1º RI – Regimento Sampaio, sediado na própria cidade do Rio de Janeiro; o 6º RI – Regimento Ipiranga, oriundo de Caçapava – SP; e o 11º RI – Regimento Tiradentes, procedente de São João Del Rei – MG. Além disso, as seguintes unidades também constituiriam a 1ª DIE: um Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, quatro Grupos de Artilharia de Campanha (a Artilharia Divisionária), um Batalhão de Engenharia, um Batalhão de Saúde, uma Companhia de Transmissões (Comunicações), uma Esquadrilha de Ligação e Observação, além de pequenas unidades de serviços (MORAES. *Volume I*, 1984, p. 132-133).

O Aviso Ministerial número 471-398, de 7 de outubro de 1943, nomeou o General de Divisão João Baptista Mascarenhas de Moraes para organizar e orientar o preparo da 1ª DIE. No mês seguinte, o Decreto–Lei 6018-A, de 23 de novembro de 1943, criou oficialmente a FEB, sendo o General Mascarenhas de Moraes nomeado seu Comandante em 28 de dezembro de 1943 (MORAES, Volume I, 1984, p. 132-133, 140).

Todas as unidades componentes da FEB foram concentradas no Rio de Janeiro, entre janeiro e março de 1944, iniciando sua instrução e adestramento de forma consonante com a doutrina em vigor no exército dos EUA. No entanto, o equipamento militar era mínimo, uma vez que, conforme os acordos firmados com Washington, a FEB seria equipada de forma completa, no Teatro de Operações Europeu, na área em que ficasse inicialmente sediada, isto é na Itália. Vários oficiais

11 As unidades não divisionárias constituíram uma peculiaridade da FEB. Dispostas na retaguarda compreendiam o Depósito do Pessoal (destinado à instrução da tropa e substituição imediata dos mortos e feridos da 1ª DIE), a Seção Brasileira de Base, o Depósito de Intendência, o Serviço Postal, o Serviço de Justiça, a Pagadoria e a Agência do Banco do Brasil (MORAES, Volume I, 1984, p. 132-133).

brasileiros receberam instrução nos EUA, de modo a formarem um núcleo de instrutores junto à 1ª DIE. Paralelamente, oficiais norte-americanos vieram para o Brasil dentro do programa de assistência militar. Esse intercâmbio foi produtivo para o adestramento básico da FEB, ainda em território brasileiro.

Alguns oficiais brasileiros foram também enviados como observadores militares dentro do V Exército norte-americano que se encontrava em operações na Itália. Quanto a esse aspecto, há que se ressaltar que as autoridades brasileiras se fizeram surdas aos relatórios enviados por esses oficiais e que poderiam em muito ter contribuído para a preparação logística da FEB, principalmente no que dizia respeito aos uniformes adequados ao norte da Itália. O General Mascarenhas de Moraes cita em seu livro *Memórias* (Volume II, 1969, p. 360), com veemente clareza, as consequências da falta de preparação logística da FEB:

> Os uniformes, calçados e agasalhos, mal trabalhados e pior arrematados, eram inapropriados ao clima frígido que enfrentamos. Felizmente fomos em tempo socorridos – esse o termo técnico – pelos órgãos logísticos americanos, que nos supriram de todo o material em que éramos deficientes na quantidade ou na qualidade.

A despeito de todos os problemas internos, a FEB foi formada e preparou-se para seguir, por mar, para a Itália, onde ficaria subordinada ao V Exército norte-americano.

O General Mark Clark, a mais alta autoridade na cadeia de comando na qual a FEB estava inserida, tinha uma visão clara a respeito do emprego das tropas brasileiras e que pode ser sintetizada no extrato retirado do seu livro *Risco Calculado* (1970, p. 405), a seguir reproduzido:

> [...] chegaram à Itália os primeiros elementos da Força Expedicionária Brasileira. Fizemos planos de integrá-los paulatinamente no V Exército. Sem dúvida o desempenho dos brasileiros era de importância tanto política, quanto militar. O Brasil foi o único país da América Latina a enviar uma Força Expedicionária para tomar parte na guerra europeia, e, naturalmente, estávamos ansiosos por oferecer-lhes todas as oportunidades de se saírem bem. Ao mesmo tempo, havia considerável diferença no treinamento deles, e achamos importante fazê-los entrar em ação aos poucos. Tínhamos sempre em mente que um revés daquelas tropas acarretaria desagradável reação política nas Américas.

O momento em que a FEB chegava à Europa era peculiar, uma vez que o V Exército havia perdido todas as Divisões pertencentes ao VII Corpo de Exército, bem como o Corpo Expedicionário

Francês, para a execução da Operação *Anvil*[12]. Isso representou a retirada de sete Divisões do Comando do V Exército, três norte-americanas e quatro francesas, reduzindo o seu efetivo de 249.000 para 153.000 homens. Assim, a chegada dos soldados brasileiros ocorreu em um momento de redução de efetivos no V Exército. Porém, o planejamento do Alto Comando aliado determinava àquele comando a missão de fixar as forças alemãs na península italiana, impedindo-as de reforçar a frente de combate na Normandia (MORAES, Volume I, 1969, p. 168).

Mesmo com o efetivo reduzido, o Comando do V Exército norte-americano estava prestes a desencadear uma ofensiva sobre a Linha Gótica[13] objetivando alcançar o vale do Pó e Bolonha antes do Natal de 1944. Esse era o contexto em que a FEB iniciou sua campanha na Itália (CLARK, 1970, p. 407).

É pertinente observar que a formação da 1ª DIE e o subsequente envio da FEB para os campos de batalha da Itália vinham ao encontro dos interesses do próprio presidente Vargas, dos militares e também dos diplomatas brasileiros. A criação da 1ª DIE era um marco na efetiva modernização do exército brasileiro, algo buscado pelos generais brasileiros. Do mesmo modo, a Marinha recebia navios modernos, particularmente os contratorpedeiros, essenciais para o esforço de guerra antisubmarino, e a Força Aérea modernas aeronaves, entre elas os caças P-47 que equiparam o 1º Grupo de Aviação de Caça - também enviado para combater na Itália e que abrilhantou as páginas da história militar brasileira. No conjunto, essa modernização do aparato militar brasileiro, aumentaria o apoio dos militares ao governo Vargas, sendo, portanto, do interesse do chefe de Estado brasileiro. A participação da FEB no Teatro de Operações Europeu proporcionaria experiência de combate a esse moderno Corpo Expedicionário, bem como permitiria ao Estado brasileiro ter alguma voz na construção do futuro ordenamento internacional do pós-guerra. Além disso, colocaria o Brasil em uma posição de destaque frente aos demais países sul-americanos, particularmente no que tange à Argentina, a rival regional de então. Isso representava uma convergência de interesses do governo, o qual teria seu capital político aumentado sobremaneira; dos militares que teriam suas forças modernizadas e com experiência real de combate; e dos diplomatas que veriam a diplomacia do país em posição de destaque.

Nesse contexto, pode-se perceber a capilaridade entre o externo e o interno nas questões

12 Invasão do sul da França (MORAES, Volume I, 1969, p. 167).
13 A linha Gótica consistia em um conjunto de posições defensivas preparadas na cadeia montanhosa dos Apeninos, estendendo-se do mar Tirreno, ao sul de La Spezia, até as imediações de Rimini, no mar Adriático (PINHEIRO, 1980, p. 34).

políticas, evidenciada nos esforços para a negociação, formação, envio e participação de uma Força Expedicionária nos campos de batalha europeus. Essa percepção da capilaridade entre a política interna e externa é basilar para entendermos o empenho do governo brasileiro, naquele momento, para que o país se fizesse presente nos combates travados no continente europeu.

Uma vez abordada a questão da negociação, formação e envio da FEB para os campos de batalha da Itália, ainda nos falta tecer algumas linhas sobre a atuação daquela força em combate, bem como analisar o porque da sua dissolução ao término do conflito, antes mesmo de regressar ao Brasil. É o que faremos nos tópicos a seguir.

A CAMPANHA DA FEB

A FEB foi transportada para a Itália em cinco escalões sucessivos, no período de 2 de julho de 1944 à 22 de fevereiro de 1945. O primeiro escalão, com um efetivo de 5.081 homens, passou a constituir, em 15 de setembro de 1944, um Grupamento Tático sob o comando do General de Brigada Euclydes Zenóbio da Costa. Este Grupamento, denominado Destacamento FEB, foi enviado para a linha de frente do IV Corpo de Exército, um grande Comando subordinado ao V Exército norte-americano (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 167-169, 171).

A campanha da FEB na Itália pode ser sintetizada em quatro períodos particulares, que permitem vislumbrar o seu crescimento como força combatente. O primeiro vai de meados de setembro ao princípio de novembro de 1944. Consistiu na ação do Destacamento FEB no vale do rio *Serchio*, caracterizando-se pelo contato inicial com o inimigo.

O segundo período alonga-se até meados de fevereiro de 1945. Seus principais marcos foram: a reunificação da FEB, com chegada à Itália de todo o seu efetivo; as tentativas malogradas de conquistar *Monte Castello*; e a defensiva durante o inverno.

O terceiro abrange de meados de fevereiro ao princípio de março de 1945, compreendendo as ações preliminares da Ofensiva da Primavera[14]. É marcado pelas vitórias de *Monte Castello* e *Castelnuovo*. No que tange a *Monte Castello*, é pertinente destacar o efeito positivo da sua captura, em 25 de fevereiro de 1945, sobre o moral das tropas, uma vez que entre 24 de novembro e 12 de dezembro de 1944, os brasileiros amargaram quatro tentativas infrutíferas de conquistá-lo. Essa

14 Ao iniciar-se 1945, os Exércitos aliados em operação na Itália tinham por missão destruir os exércitos inimigos no vale do Pó, antes que pudessem retirar-se para os Alpes e estabelecer uma nova linha defensiva por trás do rio Adige (CLARK, 1970, p. 443).

vitória pode ser considerada como um divisor de águas no que diz respeito à proficiência da FEB, que mostrou ter atingido o nível de adestramento necessário para cumprir todas as missões que lhe fossem confiadas.

O quarto e último período desenvolveram-se durante a Ofensiva da Primavera, envolvendo o complexo ataque a *Montese*, seguido da exploração do êxito com o avanço em direção a *Zocca* e *Vignola*. Em *Montese*, ocorreram os mais árduos combates que as tropas brasileiras travaram na Itália, confirmando que a 1ª DIE já não era mais uma Divisão de soldados recém-saídos do campo de treinamento básico. Os soldados brasileiros já demonstravam ser veteranos, com a doutrina de combate assimilada, destacando-se em todas as missões atribuídas. *Montese* é o marco do amadurecimento do expedicionário brasileiro como profissional da arte da guerra. Aqui o soldado brasileiro já era um combatente experimentado e de reconhecido valor. O período é finalizado com o cerco e a rendição da 148ª Divisão de Infantaria alemã[15] em *Fornovo* e pela corrida em direção ao noroeste italiano, onde foi efetuada a junção com as tropas francesas em *Susa*, a oeste de *Turin*.

Fornovo foi o coroamento da campanha da FEB na Itália. O General Mark Clark, definiu com propriedade a manobra executada pela 1ª DIE: *"Foi um magnífico final de uma atuação magnífica"* (CLARK *apud* MORAES, Volume II, 1984, p. 408).

No dia 2 de maio de 1945, às 14 horas, deu-se a rendição incondicional das tropas alemãs em luta na Itália[16], assinada pelo General Von Senger und Etterlin, representante do comando alemão, e pelo General Mark Clark, então Comandante do XV Grupo de Exércitos Aliados (YOUNG, 1980, p. 253).

Da rendição incondicional alemã até meados de junho, a FEB atuou como força de ocupação no eixo *Piacenza – Voghera – Tortona – Alessandria*, quando foi substituída pela Divisão Cremona, do Exército italiano. Após isso, entre os dias 3 e 20 de junho de 1945, a FEB foi transportada para *Francolise*, a cerca de 50 quilômetros ao norte de Nápoles, a fim de concentrar-se naquela região e aguardar a ordem de embarque para o regresso ao Brasil (MORAES, Volume II, 1969, p. 352).

15 A 148ª Divisão de infantaria e os remanescentes da Divisão *Bersaglieri Itália*, além de um Regimento da 90ª Divisão *Panzer Granadier*. No total, renderam-se 14.779 homens, com cerca de 1.500 viaturas, 80 canhões de diversos calibres, milhares de armas leves e abundante quantidade de munição (MORAES, *Volume I*, p. 316).

16 A capitulação geral das forças alemãs foi assinada pelo General Alfred Jodl, Chefe do Estado-Maior da Wehrmacht, no dia 7 de maio de 1945, em Rheims, na França. É pertinente recordar que a assinatura da capitulação teve que ser repetida no dia seguinte pelo Marechal de Campo Keitel, perante o representante da União Soviética, Marechal Zhukov, em Karlshorst, nas proximidades de Berlim (GORLITZ, 1990, p. 181).

O SOLDADO DA FEB

O elemento humano da FEB era proveniente de todas as regiões do Brasil e aglomerava todas as etnias presentes na sociedade brasileira. Pela sua composição heterogênea, a FEB despontou no Teatro de Operações da Itália como autêntica representação do povo brasileiro, tendo um desempenho tão bom quanto o da maioria das Divisões aliadas que lutaram nos contrafortes dos Apeninos e no vale do Rio do Pó. A questão multirracial do combatente brasileiro pode parecer irrelevante em uma avaliação preliminar, no entanto, durante a Segunda Guerra Mundial, era um ponto capital nas Forças Armadas dos EUA. Conforme mencionado, a 1ª DIE estava totalmente integrada ao V Exército norte-americano e o racismo era uma realidade palpável entre os militares daquele país. Havia unidades compostas exclusivamente de soldados afro-americanos – comandadas por oficiais brancos – como por exemplo, a 92ª Divisão de Infantaria, que também se encontrava subordinada ao V Exército.

Desta forma, é razoável inferir que a mescla étnica brasileira possa ter causado algum desdém por parte daqueles que julgavam que a mistura racial não formaria um bom conjunto combatente. Entretanto, os relatos de vários oficiais norte-americanos[17], inclusive o do próprio General Mark Clark, enalteceram as qualidades e o valor dos integrantes da FEB. Neste caso particular, mesmo que as referências aos brasileiros tenham sido cuidadosamente estudadas por questões políticas, elas apontam para uma sequência de deficiências iniciais, crescimento como unidade combatente e finalmente reconhecimento do seu valor e contribuição às operações desenvolvidas no *front* italiano, espelhando assim, a percepção real dos acontecimentos.

No que tange ao argumento eventualmente levantado de que as tropas alemãs que lutavam na Itália eram constituídas por soldados de segunda linha, com unidades repletas de adolescentes ou idosos, cabe lembrar que nessa época do conflito a Alemanha fazia uso generalizado dessas faixas etárias em todas as frentes de combate. O Terceiro *Reich* de Hitler já havia sangrado a juventude alemã com cinco anos de guerra. Suas Divisões podiam manter a mística das glórias passadas, mas o material humano era basicamente esse em todas as frentes - com algumas poucas exceções - tendo como núcleo um corpo de experimentados veteranos profissionais. A percepção desses soldados que travaram combates com a FEB pode ser sintetizada por dois eventos singulares a seguir descritos:

- Durante a ocupação de Castelnuovo pelas tropas do 6º RI, foi encontrada nas suas cercanias

17 Como, por exemplo, o do capitão Vernon Walters que foi oficial de ligação durante todo o período em que a FEB esteve na Itália (Nota do autor).

uma sepultura, sobre a qual se erguia uma cruz com a inscrição: "3 *Tapfere*[18] – Brasil – Castelnuovo – 24-1-1945", representando uma homenagem dos alemães ao cabo José Graciliano Carneiro da Silva, e aos soldados Clóvis da Cunha Paes de Castro e Aristides José da Silva, pertencentes ao 1º RI, mortos durante uma patrulha, naquele setor, em 24 de janeiro de 1945 (MORAES, Volume I, 1969, p. 264); e

- Na periferia de Montese, foi encontrada uma sepultura com o epitáfio: *Drei Brasilianisch Helten* ("Três Heróis Brasileiros"). Tratava-se de mais uma homenagem prestada pelos alemães à intrepidez dos soldados brasileiros. Desta feita aos soldados Arlindo Lúcio da Silva, Geraldo Rodrigues de Souza e Geraldo Baeta da Cruz, todos pertencentes ao 11º RI (PINHEIRO, 1980, p. 69 - 70).

Essas singelas homenagens, feitas por alemães que estiveram em combate contra a FEB, talvez sejam os melhores testemunhos da atuação da 1ª DIE que durante os 239 dias em ação na Itália, libertou quase meia centena de vilas e cidades, capturou 20.573 combatentes inimigos, cerca de 1.500 veículos militares, dezenas de peças de artilharia, além de grande quantidade de munição e armamento portátil, números que atestam a sua proficiência militar. No entanto, o preço em vidas foi alto, durante a campanha na Itália, a FEB teve 457 mortos e 2.722 feridos em suas fileiras (COSTA, 1977, p. 45).

Uma vez encerrado o conflito na Europa, com a capitulação alemã, a FEB retornou ao Brasil também por escalões. O primeiro contingente da FEB chegou ao Rio de Janeiro no dia 18 de julho de 1945, sendo recebido de forma efusiva pela população da capital brasileira, que aclamou seus soldados no desfile militar da programada Parada da Vitória. Eventos similares ocorreram por ocasião da chegada de todos os Escalões da FEB, sempre recebidos com demonstrações de júbilo emanadas do povo brasileiro (MORAES, Volume II, 1984, p. 423, 427-429).

A DISSOLUÇÃO DA FEB E O FIM DO ESTADO NOVO

A constituição da FEB e seu envio para o Teatro de Operações italiano foi um produto da política externa brasileira, em consonância com os objetivos da política interna do governo Vargas. Porém, ao término da Segunda Guerra Mundial, o Brasil que havia enviado uma Divisão de Infantaria à Europa para combater soldados que representavam as piores expressões de regimes ditatoriais, vivia o paradoxo de ter um governo ditatorial - o Estado Novo de Getúlio Vargas.

No que tange à FEB, desde a sua chegada aos campos de batalha na Itália, o contingente

18 3 *Tapfere* –3 Bravos (MORAES, Volume I, p. 264).

militar brasileiro crescera gradualmente como força militar combatente, angariando o respeito e a admiração de todos os que acompanharam essa evolução. O mesmo se deu no âmbito interno brasileiro, onde a FEB era percebida como uma força militar conceituada, que havia obtido sucesso em combate, além de possuir um grande *sprit de corps* forjado nos campos de batalha da Itália.

É possível inferir e mesmo especular acerca das possíveis análises feitas pelo governo Vargas sobre o que representaria ter um conjunto de soldados dessa natureza na capital federal. O Brasil tinha um histórico de atuação das Forças Armadas como Poder Moderador, desde a proclamação da República. Por outro lado, aqueles que gostariam de ver o Brasil retomar o caminho democrático também imaginavam que o Presidente Vargas, com toda a sua habilidade política, pudesse vir a fazer uso da FEB, perpetuando-se no poder. Assim, a única moderna Divisão do Exército brasileiro, forjada nos campos de batalha da Europa parecia condenada a desaparecer, tão logo retornasse ao Brasil, por força dos condicionantes da política interna de então.

Não por acaso ou coincidência, a FEB foi extinta pelo Aviso 217-185, do Ministro da Guerra, datado de 6 de julho de 1945. Nele foi determinado que as unidades da FEB, após o regresso ao Rio de Janeiro deveriam regressar aos aquartelamentos de origem, sendo os convocados desmobilizados (CASTELLO BRANCO, 1960, p. 539). Esse quadro implicou na total dispersão da 1ª DIE.

É relevante destacar que a data do documento em pauta, coincide com partida de Nápoles do primeiro contingente da FEB que regressava ao Brasil. Transparecem assim, as preocupações do governo Vargas com os soldados brasileiros que voltavam ao país, experimentados em combate e que exprimiam a contradição entre a luta ao lado das democracias e a ditadura do Estado Novo.

A inserção do Brasil no contexto internacional, ao lado dos Estados Unidos, o envio da FEB para combater na Europa e a vitória dos Aliados sobre os regimes totalitários dos países do Eixo, impulsionou a oposição ao Estado Novo e externou as divergências entre aqueles que apoiavam o governo Vargas. No âmbito interno do governo, Osvaldo Aranha, então Ministro das Relações Exteriores, mostrou-se favorável a uma abertura democrática. Mais importante ainda foi o distanciamento crescente de um dos sustentáculos do governo Vargas, o general Góis Monteiro, que assumiu o cargo de Ministro da Guerra, em agosto de 1945, mais para conduzir a saída de Vargas do que para garantir sua permanência no poder (FAUSTO, 2001, p. 212).

Externamente, com o falecimento de Roosevelt um mês antes do fim da guerra, Vargas perdeu um aliado grato, enquanto o Presidente Truman não sentia a necessidade de manter os laços com o

regime autoritário do Estado Novo. O governo norte-americano passou a advogar a restauração da democracia constitucional no Brasil. Assim, as questões da política externa e interna se emaranhavam contra o Estado Novo. Em 29 de outubro de 1945, movido por cerrada pressão dos opositores, Vargas não teve alternativa senão a renúncia, mesmo já tendo marcado eleições presidenciais para dezembro daquele ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como Objetivo Geral analisar o processo político de negociação, formação, envio e dissolução da Força Expedicionária Brasileira (FEB), durante a Segunda Guerra Mundial, bem como evidenciar as contradições a que se viu exposto o Estado Novo em função da participação brasileira naquele conflito. Como objetivo específico buscou-se rememorar os feitos e o valor dos militares brasileiros que combateram na Itália e escreveram uma das mais belas páginas dos anais militares da nação brasileira. Procuramos evidenciar que tanto a conjuntura internacional quanto a política interna, deram a tônica da Política Externa Brasileira do Estado Novo, durante aquele período. Conforme exposto, a possibilidade de ganhos concretos para o país, com vantagens políticas para o governo de então, bem como as pressões externas emanadas dos EUA em função da importância estratégica do país foram os principais fatores que levaram à nossa participação na Segunda Guerra Mundial.

Vimos também que o envio de uma Força Expedicionária para combater na Europa, se adequava aos interesses oriundos da política interna, pois a modernização das Forças Armadas era de interesse dos militares e, paralelamente, aumentaria o apoio destes ao governo Vargas. Do mesmo modo, a ação da FEB na Europa, possibilitaria algum grau de participação da diplomacia brasileira na construção do futuro ordenamento internacional do pós-guerra. Além disso, representava uma posição de destaque frente aos demais países sul-americanos, notadamente em relação ao então rival regional, isto é, a Argentina.

Abordamos, de forma sumária, a ação da FEB nos campos de batalha da Itália, destacando seu crescimento como força militar combatente. Apesar de todas as dificuldades enfrentadas pela FEB, seus feitos foram dignos de honrar os feitos militares de qualquer nação. No entanto, sua participação não foi decisiva para o desfecho da guerra e não poderia ser diferente, pois era apenas uma Divisão de Infantaria lutando na Itália.

Com relação ao aspecto logístico, é patente que a FEB era totalmente dependente dos norte-americanos para treinamento, uniformes, armas, munição, e alimentação. Além disso, a filosofia norte-americana de constante adestramento, mesmo quando na linha de frente, chocava-se com a mentalidade de muitos brasileiros. Neste aspecto, foi um choque entre duas culturas. A principal consequência destes fatos foi o relacionamento por vezes tenso entre as tropas brasileiras e norte-americanas, principalmente no período em que a FEB se firmava como Força combatente e assimilava a doutrina militar dos EUA.

No entanto, o produto final deste relacionamento foi um exemplo de sucesso em uma coalizão militar. A conexão entre os comandos não foi invasiva, pois preservou a integridade do comando da FEB e a identidade brasileira, mesmo com a 1ª DIE totalmente integrada ao V Exército norte-americano.

Finalizando, buscou-se também evidenciar que a capilaridade entre a política externa e interna ressaltou a contradição do Estado Novo de enviar uma Força Expedicionária para lutar contra a agressão de Estados totalitários, sendo o próprio regime de governo brasileiro uma expressão, ainda que branda, do autoritarismo antidemocrático. Essa contradição contribuiu sobremaneira para a conjunção de pressões internas e externas que levaram à renúncia de Vargas e ao término do Estado Novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas (MD 35-G-01). Brasília: 2007.
- CARNEIRO, Maria Cecília Riba; SILVA, Hélio. *História da República Brasileira – 1943/45.* São Paulo: Três, 1998.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. O Brasil na II Grande Guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- CERVO, Amado Luiz. Inserção Internacional – Formação dos Conceitos Brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CLARK, Mark Wayne. *Risco calculado.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1970.
- CONN, Stetson; FAIRCHIL, Byron. *United States Army in World War II - The Western*

Hemisphere -The Framework of Hemisphere Defense. Washington, D. C: Center of Military History, 1989. Cap. XII, p. 303 - 330.

- COSTA, Octávio Pereira da. *Trinta anos depois da volta: O Brasil na II Guerra Mundial.* 2.ed. Rio de Janeiro. Expressão e Cultura, 1977.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- GAMA, Oscar Saldanha da. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial.* Rio de Janeiro: Capemi, 1982.
- GONÇALVES, Williams; SILVA, Guilherme A. *Dicionário de Relações Internacionais*. Barueri, SP: Manole, 2005.
- GORLITZ, Walter. Keitel, Jodl e Warlimont. In: BARNETT, Correlli. *Os Generais de Hitler*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia.* 2.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.
- MORAES, João Baptista Mascarenhas de. *Memórias – Volume I.* 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
- _____. *Memórias – Volume II.* 2.ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.
- PINHEIRO, José Juarez Bastos**.** *A Força Expedicionária Brasileira na II Guerra Mundial*. 2.ed. Rio de Janeiro: [s.n.], 1980.
- PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- YOUNG, Peter. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Melhoramentos, 1980.
- WALTERS, Vernon. *Missões silenciosas.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.
- WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Politics*. Reading, Massachucetts: Addison-Wesley, 1979.

A MILÍCIA EM ARMAS: O SOLDADO BRASILEIRO DA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA[1]

Carlos Roberto Carvalho Daróz[2]

"O Exército não tinha nem armamento capaz, nem gente nem disciplina; de armamento está pronto perfeitamente, de gente vai se completando conforme o permite a população, em disciplina em breve chegará ao auge."

(D. Pedro I, Imperador do Brasil)

INTRODUÇÃO

Transcorria o mês de janeiro do ano de 1822 na cidade do Rio de Janeiro. O tempo estava quente, mas não apenas em função do verão; a situação política também atingia temperaturas elevadas. Depois de ser pressionado pelas Cortes Constitucionais de Lisboa para retornar a Portugal, o príncipe-regente D. Pedro recusou-se e afirmou sua posição de permanecer no Brasil, naquele que ficou conhecido como "o dia do Fico".

A atitude desafiadora do príncipe desagradou os militares portugueses no Brasil, pois eles se colocavam na posição de fiadores da autoridade das Cortes e da Constituição portuguesa. Dois dias depois, soldados da Divisão Auxiliadora, mais poderosa unidade militar portuguesa baseada no Rio de Janeiro, espalharam-se pelas ruas da cidade realizando depredações e agredindo os brasileiros que encontravam.

Em meio à desordem, foi descoberto um plano elaborado pelo comandante da divisão – General Avilez – que previa o sequestro de D. Pedro e seu envio à força para Portugal. Tendo tomado conhecimento da manobra, o príncipe-regente determinou a mobilização das tropas de 2ª linha – a milícia – para, sob o comando do general brasileiro Joaquim Xavier Curado, enfrentar as tropas

1 Trabalho apresentado no XXXVII Congresso Internacional de Histõria Militar, realizado em 2011.
2 Tenente-coronel do Exército Brasileiro, mestre em Operações Militares, especialista em História Militar, licenciado em História, professor do programa de pós-graduação em História Militar da Universidade do Sul de Santa Catarina e do Colégio Militar do Recife. Sócio do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e pesquisador-associado do Centro de Estudos e Pesquisa em História Militar do Exército Brasileiro.

portuguesas. Oito meses antes da proclamação da independência do Brasil, surgia neste episódio o Exército Brasileiro. Para organizá-lo, obstáculos de toda a ordem tiveram de ser superados e um dos maiores foi, sem dúvida, a questão do pessoal. Onde o príncipe-regente conseguiria arregimentar homens suficientes para combater as tropas regulares portuguesas? Quem os comandaria? Quem foram os soldados brasileiros da Guerra de Independência? Como esses homens foram organizados?

O presente trabalho tem por objetivo responder a estas questões e analisar os mecanismos e processos utilizados pelo recém-criado Império Brasileiro para dotar seu exército com os recursos humanos necessários às ações militares que levariam à consolidação da independência.

O EXÉRCITO COLONIAL PORTUGUÊS

Para compreender o processo de formação do Exército Imperial Brasileiro, é necessária uma breve consideração acerca do sistema militar colonial português no Brasil.

Poucos anos depois de descoberto o Brasil, a Coroa portuguesa procurou ocupar e defender sua nova possessão, implantando o sistema de capitanias hereditárias. Cada capitão-donatário respondia, perante o rei, pela defesa de sua capitania, empregando, para isso, todos os homens válidos, mobilizados em caso de necessidade sob o comando de experientes oficiais contratados. Embora em pequena quantidade, havia a presença de tropas regulares, sob as ordens do governador-geral.

Em 1570 o Rei D. Sebastião reorganizou a estrutura militar portuguesa[3], onde as vilas e freguesia deveriam proceder ao alistamento dos cidadãos e distribuí-los em companhias de 250 homens. Tal reforma trouxe reflexos à Colônia, sendo estabelecidas as tropas de guarnição (ou de linha) e as ordenanças, consideradas tropas auxiliares. As ordenanças possuíam efetivo maior, visto que abrangiam todos os homens válidos, mas um simples exame do efetivo das tropas de linha permite vislumbrar a fraqueza militar do Brasil: no Rio de Janeiro, por exemplo, havia 28 soldados comandados por poucos oficiais; no Ceará, 20, e em Pernambuco apenas 60 soldados regulares[4].

Acompanhando a evolução da arte da guerra na Europa, D. João IV instituiu em seu exército o Terço, grande unidade com efetivo de 3.000 homens divididos em dez companhias de trezentos soldados. No Brasil, a introdução do Terço não provocou mudanças substanciais, embora a quantidade de soldados de linha sofresse um aumento, especialmente nas guarnições de Salvador e do Rio de Janeiro, consideradas as mais importantes da Colônia.

3 Regimento dos capitães-mor e mais capitães e oficiais das companhias da gente de cavalo e de pé.
4 FROTA, Guilherme. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p.161.

Em face da constante ameaça de conflito contra franceses e espanhóis, em meados do século XVIII, o Rei D. João V procurou dar uma estrutura mais adequada ao Exército Português, organizando-o em três linhas. A artilharia foi estruturada como arma, tornando-se independente da infantaria. A nova organização dividia o exército em três categorias: tropas de 1ª, 2ª e 3ª linhas.

As tropas de 1ª linha eram constituídas por soldados profissionais, pagos com o soldo e reunidos em Terços, até D. João V, ou em Regimentos, no século XVIII[5]. Inicialmente, na primeira linha a infantaria era constituída por Terços regulares e por Terços auxiliares (da 2ª linha), que podiam ser chamados para servir na 1ª linha em caso de necessidade; a cavalaria era dividida em companhias, enquanto a artilharia formava um corpo separado. Com a transformação dos terços em regimentos, a 1ª linha passou a ser constituída por regimentos de infantaria, cavalaria, dragões e artilharia. No Brasil, os efetivos da 1ª linha variaram no decorrer dos séculos XVIII e XIX, conforme a necessidade e os conflitos. No entanto, em todas as situações, o número de soldados regulares era pequeno para atender às necessidades da Colônia ou se comparado com a 2ª linha.

As tropas de 2ª linha eram as milícias, compostas por soldados em sua maioria nascidos no Brasil e recrutados nas freguesias de origem. As tropas de 2ª linha eram bem mais numerosas do que as de 1ª linha e incluíam soldados de diversas origens – brancos, negros libertos, mestiços, mas eram comandadas por oficiais brancos. Seus integrantes não venciam soldo, mas estavam sujeitos a um rígido código disciplinar. Organizadas também com infantaria, cavalaria e artilharia, a distribuição de unidades de 2ª linha variava muito de capitania para capitania.

A reputação das tropas de milícia brasileiras no período colonial não era das melhores, o que é compreensível face o treinamento deficiente e a organização precária. Eram comuns as queixas dos governadores e vice-reis dando conta da "falta de vocação militar do brasileiro". Por outro lado, Martinho de Melo, Secretário da Marinha e Ultramar, afirmava que "as principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil"[6]. Sua observação reveste-se de caráter quase profético, pois, anos mais tarde, seria justamente a milícia quem asseguraria o processo de emancipação do Brasil

As ordenanças, uma antiga instituição militar portuguesa, constituíam a 3ª linha e arregimentavam todos os homens livres entre 18 e 60 anos de idade, em tese, incapazes de servir

5 WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994, p.308.
6 RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001.

nas tropas de 1ª ou 2ª linha. Seus oficiais não recebiam soldo e os soldados eram mobilizados temporariamente, de acordo com a necessidade. Mais que a defesa contra o inimigo externo, as ordenanças destinavam-se à manutenção da ordem interna, como perseguir e capturar bandidos e desordeiros e impedir revoltas entre os escravos. No interior, era comum as ordenanças serem organizadas nos diferentes engenhos, cujos senhores as comandavam. As companhias de ordenanças variavam muito de uma região para outra; na Bahia, por exemplo, havia oito regimentos.

A diferença entre as tropas de 1ª, 2ª ou 3ª linhas pode ser estabelecida segundo a função de cada uma. Tecnicamente, as tropas de 1ª linha se destinavam a defender o território contra ataques do inimigo externo e podiam ser deslocadas para o exterior em caso de guerra. As tropas de 2ª linha tinham por tarefa manter a segurança interna do território e funcionavam como reserva das tropas de 1ª linha, quando mobilizadas para a guerra. As tropas de 3ª linha tinham como atribuição manter a segurança local e geralmente não eram deslocadas para longe de sua sede.

Sob a orientação direta do Marquês de Pombal, o Conde Frederico Guilherme de Schomberg-Lippe foi encarregado de reorganizar o exército de Portugal segundo o modelo prussiano, prestigiado na Europa após a vitória obtida pela Prússia na Guerra dos Sete Anos, introduzindo nova administração, doutrina, táticas, técnicas e regime disciplinar. No Brasil, a missão de promover as reformas no exército coube ao Tenente-General João Henrique Böhm, auxiliar do Conde de Lippe, com o cargo de inspetor-geral das tropas sob as ordens e jurisdição do Vice-Rei Marquês do Lavradio. Böhm chegou ao Brasil em julho de 1763, acompanhado pelo marechal sueco Jacques Funk, quando estava em curso à guerra na região sul e a Cisplatina, o Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina encontravam-se em poder dos espanhóis. Böhm constatou a precariedade do sistema militar colonial e tratou de reorganizá-lo, além de solicitar novas tropas portuguesas para reforçar a 1ª linha, o que efetivamente ocorreu, com o envio dos regimentos portugueses regulares de Moura, Bragança e Estremoz[7].

Novas reformas no sistema militar português ocorreram em 1796 com reflexo na Colônia, quando as tropas auxiliares (2ª linha) passaram a ser denominadas regimentos de milícias. Em 1808 e 1816, novas legislações criaram os batalhões de caçadores e alteraram os quadros de efetivos.

O sistema militar colonial, embora tenha garantido a integridade da Colônia em diferentes conflitos, não estava livre de problemas. Os oficiais eram, em sua maioria, portugueses, alguns com valor profissional, outros nomeados para postos elevados por conveniências nobiliárquicas

7 MOURA, Aureliano. Os regimentos portugueses no Brasil – Moura, Bragança e Estremoz. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n.87, p. 162-173, 2001

ou familiares. As promoções eram demoradas, não havendo qualquer critério, e alguns oficiais envelheciam em seus postos. Um problema que acompanhou as tropas pagas portuguesas durante todo o período colonial foi o atraso no pagamento do soldo, o que acarretou muitas deserções e alguns motins. Outro problema enfrentado era a baixa qualidade do treinamento das tropas, até mesmo entre as unidades de 1ª linha, teoricamente profissionais e mais bem adestradas. Por fim, a própria atividade militar, desde o recrutamento até o serviço em campanha, era extremamente dura, fazendo com que o soldado vivesse um regime comparado com a escravidão[8]. A disciplina, por exemplo, era mantida por intermédio de punições que incluíam bengaladas, chicotadas, pranchadas e, em alguns casos, a morte.

O EXÉRCITO PORTUGUÊS NO PERÍODO JOANINO

Com a transmigração da família real para o Brasil em 1808, D. João encontrou as instituições militares debilitadas e estagnadas. As tropas não eram instruídas adequadamente e sua distribuição geográfica não permitia o emprego eficaz em caso de necessidade. Se a situação na 1ª linha já não era das melhores, a milícia encontrava-se ainda em piores condições. Seus homens demonstravam "tão pouco apego à profissão que, quando não estavam na formatura eram os escravos que lhes carregavam os mosquetes, os tambores e a própria bandeira do regimento[9]."

Diante deste cenário, D. João, por intermédio do Conde de Linhares, seu secretário de Negócios Estrangeiros e Guerra, tratou de implementar melhorias no sistema defensivo do Brasil, criando o Conselho Supremo Militar, impulsionando a fabricação de armas e de pólvora e contratando espingardeiros alemães. Criou a Academia Real Militar, organizou o Arsenal de Guerra, construiu o Quartel-General e reorganizou as unidades do Exército.

Para executar sua política externa, que incluiu a invasão da Guiana Francesa e a incorporação da Banda Oriental do Uruguai, D. João dotou o Brasil de um exército moderno.

A partir de 1815, expulsas as tropas de Napoleão de Portugal, chegaram ao Brasil novas unidades do Exército Português. A Divisão de Voluntários d´El Rei, comandada pelo Tenente-General Carlos Frederico Lecor e contando com cerca de 10.000 homens, foi enviada para a Cisplatina, a fim de reforçar as tropas de 1ª e 2ª linhas que, sob as ordens do General Joaquim Xavier Curado, combatiam os platinos no sul do país.

Para a Corte, em 1817 veio a Divisão Auxiliadora, sob o comando do General Jorge de

8 FROTA, op. cit., p.163
9 LIMA, Oliveira. **D. João no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p.288

Avilez Zuzarte de Sousa Tavares, composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia. Além dessas forças, chegaram batalhões destinados à Pernambuco, Bahia e Piauí, comandados, respectivamente, pelo Brigadeiro José Maria de Moura, pelo Brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Mello e pelo Major João José da Cunha Fidié. Tais unidades seriam, pouco tempo depois, os principais elementos de resistência à independência do Brasil.

Como resultado das reformas no Exército realizadas por D. João, a distribuição de tropas na corte em 1817, dois anos depois de o Brasil ter sido declarado Reino Unido a Portugal e Algarve, era a seguinte: Estado-Maior do Exército, Secretaria do Governo das Armas, Inspeção Geral de Artilharia, Inspeção Geral de Infantaria de Linha e Milícias, Inspeção Geral de Cavalaria de Linha e Milícias, Inspeção Geral da Fábrica de Pólvora, Secretaria do Conselho Supremo Militar, Real Corpo de Engenheiros, fortalezas e fortes. Na 1ª linha havia três regimentos de infantaria de linha, o 1º Regimento de Cavalaria do Exército e o Regimento de Artilharia da Corte. A 2ª linha era composta por 15 regimentos de infantaria de milícias, duas brigadas ligeiras de infantaria de milícias. Tais unidades milicianas tinham como área de responsabilidade, além do Rio de Janeiro, outros distritos e cidades próximos, como Inhomirim, Macacu, Cabo Frio, São Gonçalo, Parati, Resende, Saquarema, Macaé, Campos e São João[10].

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA E A REAÇÃO MILITAR PORTUGUESA

Mesmo com o território português já livre das tropas franco-espanholas que o haviam invadido, D. João VI – coroado rei de Portugal após a morte de sua mãe D. Maria I – permaneceu reinando do Brasil. Tal postura desagradou aos portugueses reinóis, que não viam a necessidade da presença do rei em território brasileiro e encaravam sua postura como desprestígio a Portugal e às cortes de Lisboa. A reação não tardou e, em 1820, foi deflagrada na cidade do Porto a Revolução Constitucionalista. O movimento, que rapidamente se alastrou para Lisboa e outras cidades e vilas, exigia o regresso da família real para Portugal.

Antes de retornar a Portugal, D. João VI baixou decretos e instruções e incumbiu seu filho, o Príncipe D. Pedro, da Regência do Brasil. Preocupado com o que ocorria em algumas colônias espanholas vizinhas, o rei recomendou a D. Pedro que tomasse a dianteira dos fatos, caso estes se encaminhassem para a independência do Brasil. Na manhã de 26 de abril de 1821, o rei D. João VI

10 Almanaque do Rio de janeiro para o ano de 1817. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n.290, p.315-346.

partiu em direção a Portugal, abrindo uma nova perspectiva para o Brasil.

Mesmo com o retorno do rei para Lisboa, logo ficou claro quais eram as intenções do novo poder instalado em Portugal. No que se referia ao Brasil, pretendia eliminar as concessões liberais feitas por D. João no período em que aqui esteve.

As Cortes começaram a tomar medidas para restringir a liberdade administrativa e restaurar monopólios na Colônia. Ficou claro para os deputados brasileiros – apenas 75 contra 205 portugueses – que nada poderiam fazer para deter o processo de recolonização do Brasil.

Desde o início da Regência, duas forças se contrapuseram: os portugueses, com a intenção de reafirmar a autoridade das Cortes de Lisboa e reduzir os privilégios legados ao Brasil por D. João, e os brasileiros, em busca de autonomia e liberação do domínio imposto por Portugal. Apesar de inicialmente as duas correntes coexistirem, não demorou para que as divergências culminassem na radicalização, inclusive com uso da violência, mesmo com as tentativas de D. Pedro em contemporizar ou fazer concessões. Grande era o ressentimento entre brasileiros e portugueses.

A marcha dos acontecimentos levou D. Pedro a posicionar-se pela causa brasileira. Diante das repetidas medidas restritivas decretadas pelas Cortes em relação ao Brasil, o príncipe-regente percebeu a inexorabilidade da independência do Brasil. Havia, no entanto, um problema: as forças portuguesas existentes no Brasil e o alinhamento político das tropas de 1ª linha, as quais compreendiam unidades das armas de infantaria, cavalaria e artilharia e compunham o exército regular. Em algumas províncias, a influência portuguesa era particularmente forte, de modo que as tropas julgavam-se subordinadas, diretamente, às Cortes de Lisboa. Em outras, entretanto, prevalecia o sentimento de subordinação e lealdade às novas autoridades constituídas no Brasil.

A Divisão Auxiliadora havia sido trazida de Portugal em 1817, por determinação de D. João VI, encontrava-se aquartelada no Rio de Janeiro e, por ação de seu comandante, o General Avilez, colocava-se na posição de fiadora da autoridade das Cortes de Lisboa e guardião da Constituição de Portugal. Em diversas oportunidades, as ações do príncipe-regente foram questionadas por Avilez, submetendo D. Pedro a repetidos vexames. Somente a título de exemplo, D. Pedro determinou, certa vez, um exercício de tiro com a artilharia de milícias da Corte e mandou buscar os canhões e a munição no quartel da divisão, mas Avilez desobedeceu à ordem, alegando haver impedimento na Constituição.

Um decreto de 9 de dezembro de 1821 nomeou os novos governadores de armas do Brasil,

todos portugueses e diretamente ligados ao governo de Lisboa, causando mais instabilidade no campo militar.[11] Diante do apoio da maioria das tropas de 1ª linha e dos governadores de armas a Portugal, ficou claro para os brasileiros e para o Príncipe D. Pedro que a independência somente poderia ser garantida com a existência de um exército genuinamente brasileiro.

O Brasil estava dividido: a autoridade do príncipe limitava-se, na prática, ao Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As demais províncias estavam alinhadas com as Cortes de Lisboa. Em mais um ato que desafiava a autoridade do príncipe-regente, as Cortes determinaram seu regresso a Portugal "para viajar na Europa e aprimorar sua educação na França, Inglaterra e Espanha". Diante de dezenas de petições que pediam ao príncipe para ficar no Brasil, no dia 9 de janeiro de 1822 D. Pedro resolveu por sua permanência, no que passou à história como "o dia do Fico". A atitude do príncipe, além de desafiadora perante as Cortes, deixou clara sua posição favorável à emancipação do Brasil.

Dois dias depois, contrariada com a decisão do príncipe, a Divisão Auxiliadora se rebelou sob a orientação do general Avilez. Os soldados portugueses saíram às ruas do Rio de Janeiro provocaram desordens e agredindo os brasileiros que encontravam. Após uma reunião com o príncipe, o Tenente-General Joaquim Xavier Curado, brasileiro de 79 anos de idade, o Marechal-de-Campo Joaquim de Oliveira Álvares, português, e o Coronel Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, também brasileiro, recomendaram a convocação imediata da milícia. Em poucas horas, mais de 6.000 homens, de todas as idades, acorreram ao Campo de Santana para fazerem parte do Exército do Príncipe. No dia 12, o General Curado foi nomeado por D. Pedro Governador de Armas da Corte. Surgia, de fato, o Exército Brasileiro.

Após ser rendido no Morro do Castelo, para onde deslocara suas tropas, o General Avilez levou sua divisão para a ponta da Armação, em Niterói, onde acampou. No dia 9 de fevereiro, D. Pedro foi, em pessoa, à Niterói e expulsou a Divisão Auxiliadora do Brasil, determinando seu retorno a Portugal.

11 RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução ou contra-revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002, p.53.

Figura 1 - Tenente-General Joaquim Xavier Curado, primeiro comandante do Exército Brasileiro[12]

Nem o "Fico", nem a expulsão da Divisão Auxiliadora configuraram a ruptura de D. Pedro com as Cortes Constitucionais portuguesas. Todavia, no dia sete de setembro de 1822, quando o príncipe viajava com sua escolta de Santos para São Paulo, recebeu novas ordens das Cortes de Lisboa que continham restrições humilhantes à sua autoridade. Contrariado, D. Pedro arrancou o laço português de seu uniforme e proclamou a independência do Brasil.

A proclamação da independência do Brasil foi recebida em Portugal como uma declaração de guerra. D. Pedro I, agora Imperador, teve que enfrentar a resistência e a hostilidade de tropas portuguesas estacionadas no Brasil, em um conflito que duraria mais de um ano, tendo como principais cenários as províncias da Bahia, Maranhão, Piauí, Cisplatina e Grão-Pará.

O Exército Imperial precisava ser rapidamente organizado. A guerra era inevitável.

UM NOVO EXÉRCITO – O SOLDADO BRASILEIRO

O Brasil necessitava da rápida formação de um exército para garantir a soberania do Império e neutralizar a ameaça das tropas portuguesas. Tal necessidade decorria da grande presença de soldados portugueses no território recém-emancipado, o que causava instabilidade e revolta entre os brasileiros. A organização de um novo exército, no entanto, teria de enfrentar obstáculos de toda ordem.

12 Autor desconhecido.

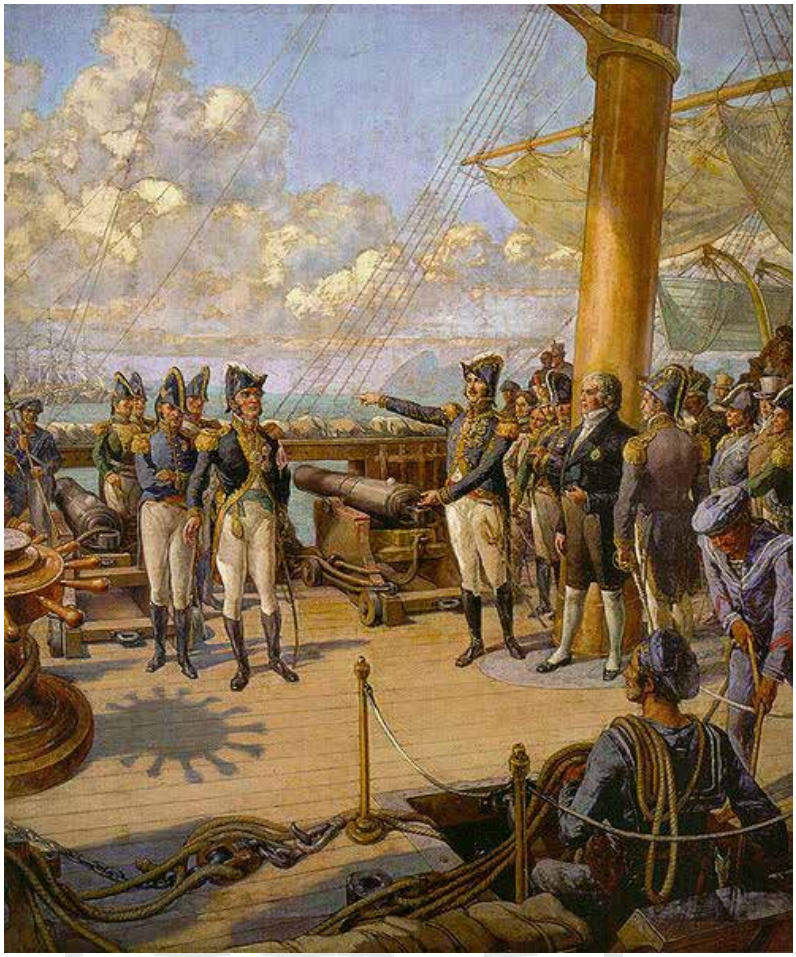


Figura 2 – A bordo da fragata *União*, D. Pedro determina ao General Avilez a expulsão da Divisão Auxiliadora do Brasil. Ao lado do príncipe-regente encontra-se José Bonifácio.[13]

Um dos maiores problemas enfrentados pelo governo imperial para organizar seu exército foi a questão do pessoal para mobiliar os novos batalhões, necessários para combater os portugueses. Embora numerosas, as tropas de milícia pró-independência possuíam treinamento deficiente. Seriam elas capazes de vencer as forças portuguesas? E os oficiais para comandá-las, estariam disponíveis? Afinal, as tropas de 1ª linha eram, em sua maioria, formadas por soldados e oficiais portugueses.

O Exército Brasileiro teve origem no sistema militar português e, em função disso, manteve, ao menos inicialmente, sua organização e estrutura. Desde a separação militar entre portugueses e brasileiros, processada durante a revolta da Divisão Auxiliadora no Rio de Janeiro de 11 a 12 de janeiro de 1822, nenhuma providência foi tomada no sentido de alterar a organização, distribuição, serviço, armamento e equipamento das forças brasileiras até 1824 quando, vencidos os portugueses,

13 Óleo sobre tela de autoria de Oscar Pereira da Silva.

foi formalmente criado o exército do Brasil.

Diante da necessidade urgente de arregimentar homens para mobiliar as novas unidades brasileiras – quando unidades de milícia converteram-se em unidades de 1ª linha no Exército Brasileiro[14] – é natural que fossem empregadas as duas modalidades comuns para incorporação de soldados: o voluntariado e o recrutamento forçado. Desde 1808, um decreto estabelecia o tempo de serviço militar em oito anos para os voluntários e dezesseis anos para os não voluntários, entenda-se, os recrutados à força.

O voluntário, como o próprio nome sugere, apresentava-se por vontade própria nos quartéis. Com o propósito de aumentar o alistamento de voluntários, após a crise com a Divisão Auxiliadora D. Pedro reduziu o tempo para os voluntários de oito para três anos de serviço. O fato de ser voluntário não significava que o soldado brasileiro apresentava-se para o serviço apenas pelo idealismo. Geralmente os voluntários vinham das classes menos favorecidas e acorriam ao exército em busca de emprego. Também era comum os filhos de famílias abastadas, considerados incorrigíveis, apresentarem-se como "voluntários" para atenderem a imposições familiares. O cidadão passava de civil a soldado em um processo rápido e não havia muitas exigências para que fosse aceito na força. Após o alistamento, completadas as formalidades administrativas, lidos os artigos do regulamento e conhecidas as penas para o caso de deserção, o novo soldado jurava bandeira, era incorporado ao Exército e distribuído a uma unidade de tropa, onde recebia o treinamento para entrar em combate[15].

A redução do tempo de serviço dos voluntários de oito para três anos, contudo, não foi suficiente para completar as unidades de tropa necessárias no novo exército e, como solução, recorreu-se a um expediente comum no Exército Português que era fonte de intermináveis reclamações por parte da população: o recrutamento forçado. Essa modalidade de obtenção de homens recaiu, como de costume, sobre indivíduos de má conduta, vagabundos e ociosos[16]. A legislação estabelecia o universo do recrutamento compulsório: homens brancos e solteiros, pardos e libertos, entre 18 e 35 anos de idade. Ficavam de fora algumas categorias julgadas essenciais, como caixeiros, boleeiros, feitores, administradores de fazendas, marinheiros, estudantes com bom aproveitamento ou trabalhadores de unidades fabris[17].

14 CIDADE, Francisco de Paula. **O soldado de 1827**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1927, p.8.
15 Op cit., p.14-16.
16 LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os mercenários do imperador**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996, p.121.
17 Decreto nº 67-Guerra, de 10 de julho de 1822, regulando o recrutamento para o Exército e a Marinha. A primeira lei brasileira regulando o serviço militar.

Para se ter uma ideia da legislação que regulamentava o recrutamento forçado e o universo para aquisição de recrutas, transcreve-se o Decreto nº 9-Guerra, de 11 de fevereiro de 1811, assinado pelo Conde de Linhares:

> Ilmo. e Exmo. Sr. – Fazendo desde já necessário 200 a 300 homens para cada um dos três regimentos de Infantaria e Artilharia desta Côrte, apezar de ainda não se acharem feitos os quartéis respectivos: é o Príncipe Regente Nosso Senhor servido, que V. Exa de acordo com o Intendente Geral de Polícia proceda a um recrutamento do mencionado número de homens, que vem a ser 800 a 1200, na forma seguinte. V. Exa. expedirá uma circular a todos os Commandantes de Milícias desta Capitania, para que, destinando cada um delles as suas vistas sobre os indivíduos que tiverem nos seus districtos, que sejam de má conducta, ou vagabundos, ociosos, de os prender em um só dia, afim de que sendo deste modo sorprehendidos, não tenham tido meios de subtrahir-se, e immediatamente os remetterão para esta Capital, à ordem de V. Exa.[18]

Como havia reações por parte de alguns que não desejavam ser incorporados ao exército, a atividade de recrutamento era feita, muitas vezes, em condições que beiravam a brutalidade. Na chegada ao Rio de Janeiro, era comum ver os brasileiros recrutados no interior, manietados em grupo. Por fora, formando o quadrado, a escolta armada que, com frequência, dava porretadas nos mais agitados[19].

As ações de captação de voluntários e de recrutamento deram resultado, ao menos quantitativamente, e as guarnições do Exército Brasileiro começaram a ser completadas. Preenchidos os claros na 1ª linha, em seguida os homens restantes eram distribuídos à 2ª linha e às Ordenanças. Em que pese à qualidade e o espírito combativo duvidosos destes homens, foram eles que combateram e expulsaram os portugueses do Brasil.

Na luta pela independência, o Exército Brasileiro contou com o apoio dos negros e mestiços. Por todo o Brasil formaram-se milícias de negros e pardos. O negro, ao se apresentar como voluntário, precisava apresentar testemunhas que assegurassem sua condição de liberto. Geralmente, os mulatos eram distribuídos aos corpos de tropa de 1ª linha, enquanto os negros libertos formavam batalhões especiais denominados "Henriques", trazendo à memória Henrique Dias, combatente negro que ajudou a expulsar os holandeses do Brasil. Além dos batalhões "Henriques", que possuíam estrutura e efetivos correspondentes aos caçadores, também foi organizado um batalhão de artilharia de negros

18 BRASIL. Índice das Decisões, 1811, p.8.
19 LEMOS, op. cit., p.125-126.

livres, comandado por oficiais negros.

Apesar da participação efetiva dos negros na guerra – particularmente na Bahia – muitos oficiais e membros da sociedade brasileira julgavam ser uma temeridade armar negros e mulatos, pois temiam uma rebelião destes contra as classes dominantes.

Além dos negros, uns poucos indígenas tomaram parte das lutas pela independência na Bahia. No acampamento de Pirajá, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque trouxe, junto com suas tropas, índios armados com flechas[20], provavelmente motivados pela alimentação que poderiam obter junto às tropas. Muito embora tenham atuado em pequena escala, os índios baianos não foram incorporados formalmente às fileiras do exército e, em função das desordens que provocavam, acabaram afastados das forças brasileiras[21].

Figura 3 - Coronel e soldado do Regimento de Caçadores Henriques. Tropa negra de milícias cujo nome era uma homenagem à Henrique Dias[22]

Também na Bahia, combateram os portugueses os Corpos de "Jagunços" e de "Couraças", de trajes exóticos de couro – daí o nome dessa tropa - e armamento irregular, surgidos do próprio solo e cobrindo-se com o chapéu dos vaqueiros. Tais "Couraças" ressurgiriam quarenta anos mais tarde, atuando como voluntários na Guerra da Tríplice-Aliança.[23]

20 AMARAL, Braz. **História da independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957, p.238
21 GUERRA FILHO, Sérgio Armando. **O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia**. Salvador: UFBA, 2004, p.116-117.
22 BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, José Washt. **Uniformes do exército brasileiro (1730-1922).** Brasília: Saga, 1994, p.88.
23 BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000, p.46.

Na luta entre brasileiros e portugueses, é interessante observar que, embora pareça ser um paradoxo, brasileiros lutaram pela causa portuguesa ao mesmo tempo em que portugueses optaram pela independência do Brasil. No Maranhão e no Piauí, por exemplo, o Major João José da Cunha Fidié combateu os partidários da independência com soldados brasileiros, sem que houvesse um único português em seu efetivo de praças. O baiano Luís Paulino de Oliveira Pinto da França foi o único general nascido no Brasil que serviu a Portugal na luta pela emancipação do Brasil[24].

Figura 4 – Exemplo de tropas irregulares brasileiras na Bahia: jagunço (a esquerda) e couraceiro.[25]

Na contramão desse processo, no entanto, diversos portugueses, de simples soldados até generais, optaram pela fidelidade a D. Pedro e foram admitidos no Exército Brasileiro. A primeira vez que soldados portugueses bandearam-se para as forças brasileiras ocorreu após os tumultos provocados pela Divisão Auxiliadora nos dias 11 e 12 de janeiro de 1812. Depois de dominar a rebelião e determinar que a divisão se transferisse para Niterói, D. Pedro convidou os soldados a darem baixa do Exército Português prometendo-lhe terras e promoções, ao mesmo tempo em que os intimidava com a possibilidade de enviá-los para guerrear na Europa. Apesar da tentativa do General Avilez de impedir a saída dos soldados, calcula-se que entre quatrocentos e seiscentos soldados deram

24 RODRIGUES, op. cit., p.59.
25 BARROSO & RODRIGUES, op.cit, p.91.

baixa da Divisão Auxiliadora e foram incorporados ao Exército Brasileiro[26].

A segunda incorporação de portugueses ao novo exército ocorreu em 9 de março de 1822, por ocasião da chegada ao Rio de Janeiro da esquadra que trazia tropa portuguesa de 1.250 homens, sob o comando do Coronel Antônio Joaquim Rosado[27]. D. Pedro instou as tropas a obedecerem a suas ordens e somente permitiu o desembarque dos soldados que decidissem passar para os corpos brasileiros. Quase 900 praças desembarcaram, com o compromisso de servirem como voluntários por um período de três anos, e foram distribuídos por diversos corpos de tropa de 1ª linha do Rio de Janeiro. Não foram aceitos oficiais portugueses, em função de sua lealdade duvidosa à causa brasileira.

Figura 5 – Marechal-de-Campo Joaquim de Oliveira Álvares, português que optou pela causa brasileira

Uma terceira incorporação de portugueses causou indignação e revolta entre os brasileiros quando foram admitidos soldados portugueses - prisioneiros de guerra na Bahia – nos corpos do Rio de Janeiro. Tal medida foi causa de acalorados debates na imprensa e na Assembleia Constituinte.

Diversos oficiais portugueses optaram por servir ao Brasil e desempenharam papel relevante na criação do novo Exército Brasileiro. Dentre estes, destaca-se o Marechal-de-Campo Joaquim de Oliveira Álvares, português da Ilha da Madeira, que posicionou-se ao lado de D. Pedro durante a crise provocada pelo levante da Divisão Auxiliadora e se tornou um dos primeiros ministros da Guerra do

26 MONTEIRO, Tobias do Rego. **História do Império – a elaboração da independência**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1927, p.448-449.
27 A esquadra, comandada pelo Chefe-de-Divisão Francisco Maximiano de Souza, trazia ao Brasil as tropas portuguesas que iriam substituir a Divisão Auxiliadora, sem saber que esta havia sido expulsa por D. Pedro.

Brasil.

Outra solução adotada para dotar o exército com soldados em número apropriado foi a contratação de soldados mercenários na Europa. Depois de cogitar, sem sucesso, a aquisição de soldados na Áustria, Inglaterra e França[28], surgiu como alternativa o recrutamento de alemães. Para burlar a legislação da maioria dos países europeus, inclusive dos Estados alemães, que proibia a saída de mercenários, os soldados foram recrutados sob o rótulo de colonos.

Coube ao médico alemão Johann Anton von Schaeffer a tarefa de trazer colonos e soldados para o Brasil. Tendo chegado ao Brasil em 1821 e nomeado major da Guarda Imperial pelo imperador D. Pedro I, Schaeffer foi designado Agente de Afazeres Políticos no Brasil, por influência de José Bonifácio. Sua missão foi assim definida em correspondência de Bonifácio para Schaeffer, datada de 21 de agosto de 1822:

> [...] Depois de ter saudado as vistas de Corte de Viena e de outros príncipes da Alemanha, e de ter procurado interessá-los a favor do Brasil, passará a outro ponto essencial de sua missão, que vem a ser: ajustará uma colônia rural-militar que tenha pouco mais ou menos a mesma organização dos Cossacos do Don e do Ural; a qual se comporá de duas classes.
> 1ª De atiradores que debaixo do disfarce de colonos serão transportados ao Brasil, onde deverão servir como militares pelo espaço de seis anos.
> 2ª De indivíduos puramente colonos, aos quais se concederão terras para seu estabelecimento, devendo porém servirem como militares em tempo de guerra, à maneira dos Cossacos ou milícia armada, vencendo no tempo de serviço o mesmo soldo que tem as milícias portuguesas quando se acham em campanha.
> Quanto a 1ª Classe composta dos indivíduos que devem servir como militares pagos, ou soldados, pelo espaço de seis anos, logo que expirar esse prazo entrarão na 2ª Classe e receberão terras para as cultivarem. [...] [29]

Vencidas dificuldades de toda a ordem, Schaeffer conseguiu trazer os mercenários alemães a tempo de incorporá-los ao Exército Brasileiro, os quais foram reunidos no Batalhão de Estrangeiros[30], sob o comando do Tenente-coronel João Augusto Bellard, antigo sargento da Guarda Nacional de Paris.

A busca de recursos humanos para o exército no estrangeiro não ficou restrita aos soldados. Para comandar o novo exército que se formava, cogitou-se buscar um general com experiência, sendo

28 LEMOS, op. cit., p.70-72.
29 BRASIL. **A obra política de José Bonifácio**. Brasília: Senado Federal, 1972, p.550.
30 O Regimento de Estrangeiros foi criado por Decreto de 8 de janeiro de 1823 e, devido à ativação de apenas um de seus batalhões, ficou popularmente conhecido como "Batalhão de Estrangeiros".

o principal candidato o General Sir Robert Wilson, que comandara as tropas anglo-portuguesas contra as tropas de Napoleão durante a Guerra Peninsular. Embora tal medida não tenha se concretizado – o Exército Brasileiro foi comandado por um general brasileiro, Joaquim Xavier Curado –, coube ao francês Pierre Labatut, também veterano das Guerras Napoleônicas, o comando das tropas nacionais contra os portugueses na Bahia.[31]

Figura 6 – Tropas estrangeiras do Exército Imperial: sargento, soldado caçador e soldado granadeiro[32]

Voluntários, recrutas compulsórios, negros, mestiços, índios, portugueses e estrangeiros; esses homens fizeram o Exército Brasileiro de 1822. Embora heterogêneos e insuficientemente treinados, os soldados brasileiros conseguiram expulsar as tropas portuguesas leais às Cortes de Lisboa e consolidar, pelas armas, a independência do Brasil.

Vencida a Guerra de Independência, a força que existia de fato passou a sê-lo de direito. Por Lei de 1º de dezembro de 1824, foi formalmente organizado o primeiro exército regular do país – o Exército Imperial Brasileiro. Algumas unidades foram extintas e outras se fundiram dando origem a uma nova estrutura militar, a primeira de vulto no Brasil. Foram mantidas a 1ª e a 2ª linhas, com concepção semelhante às adotadas pelo exército nos tempos coloniais, ao passo que a 3ª linha foi extinta. Foram atribuídos números às diversas unidades, resultando em uma organização mais

31 RODRIGUES, op. cit., p.90-91.
32 BARROSO & RODRIGUES, op.cit, p.90.

funcional.

Figura 7 – Soldados do Exército Imperial. Os detalhes do uniforme (canhões das túnicas e penachos) nas cores verde e amarelo deram-lhes o apelido de "periquitos"[33]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As pressões, que assolaram o Brasil após o retorno do rei D. João VI para Portugal, conduziram a uma ruptura entre o príncipe-regente e as Cortes Constitucionais de Lisboa, e, como em todas as rupturas, o emprego do poder militar tornou-se essencial. Se por um lado Portugal utilizou suas tropas no sentido de impedir a emancipação, na mão inversa, os brasileiros sentiram a necessidade de organizar um exército próprio, que fosse capaz de se contrapor ao poderio militar luso.

Gestado e nascido no seio do Exército Português, a força terrestre brasileira herdou muitas de suas características, tendo em comum a organização, o armamento, o recrutamento, os uniformes, a hierarquia, dentre outros aspectos. A separação militar entre os dois exércitos deu-se, na verdade, no confronto ocorrido no Rio de janeiro nos dias 11 e 12 de janeiro de 1822, quando o General Avilez insubordinou-se com sua Divisão Auxiliadora e D. Pedro foi obrigado a mobilizar a milícia para enfrentar, inclusive, a ameaça de ser sequestrado e levado à força para Portugal. A partir daí, mesmo que ainda não tivesse sido proclamada a independência do Brasil, tornou-se impositiva às tropas

33 BARROSO & RODRIGUES, op.cit, p.89.

realizarem a opção pelo Brasil ou por Portugal.

Como a maioria das unidades regulares no Brasil era portuguesa, a organização das forças imperiais baseou-se, fundamentalmente, nas milícias e ordenanças, tropas de 2ª e 3ª linha que, de uma hora para outra, foram alçadas à condição de 1ª linha do Exército Brasileiro. Apesar de possuírem treinamento de baixa qualidade e organização deficiente, coube a esses homens lutar na Guerra de Independência do Brasil

O exército foi criado e forjado na luta contra os portugueses. Por ocasião da Aclamação de D. Pedro como imperador do Brasil em 12 de outubro de 1822, já era uma força regular organizada e treinada sob a liderança do General Joaquim Xavier Curado. Pouco mais de um ano depois, finalizada a guerra, contava com mais de 4.500 homens, experientes e endurecidos pelo combate.

Às tropas da milícia, convocadas por todo o território para sustentar a causa da independência, juntaram-se alguns corpos de tropa de linha, organizadas sob o calor dos acontecimentos. Ao lado de voluntários e recrutas compulsados, cerraram fileiras escravos libertos, portugueses que optaram pela causa brasileira e mercenários estrangeiros. Lutaram em diferentes regiões do imenso território brasileiro e conseguiram repatriar para Portugal as tropas fiéis às Cortes.

Os soldados da independência, muitos dos quais tiveram seus nomes perdidos no tempo, foram os artífices de uma separação que não foi amigável, pelo contrário, processou-se com lutas e ao custo de muito sangue derramado. Cumpriram sua função de vencer pelas armas as resistências ao processo de independência e consolidar a unidade do país que nascia. O soldado brasileiro de 1822-24 correspondeu plenamente aos anseios do Brasil, integrando um Exército improvisado que fez muito mais do que dele era possível esperar.

BIBLIOGRAFIA

- Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n.290, p.315-346.
- AMARAL, Braz. **História da independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.
- ANDRADE, Manuel. **Pernambuco: cinco séculos de colonização.** João Pessoa: Grafset, 2004.
- BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército,

2000.

- BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, José Washt. **Uniformes do exército brasileiro (1730-1922).** Brasília: Saga, 1994.
- BRASIL. **A obra política de José Bonifácio**. Brasília: Senado Federal, 1972.
- _____. Índice das Decisões, 1811. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B4.pdf>. Acesso em 18 abr. 2011.
-

- CIDADE, Francisco de Paula. **O soldado de 1827**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1927.
- ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.
- **O exército na história do Brasil.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Salvador: Odebrecht, 1998.
- FROTA, Guilherme. O exército e o Rio de Janeiro: evolução histórica. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, n.85, p. 95-104, 1999.
- _____. As lutas da Independência do Brasil. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n.87, p. 181-196, 2001.
- _____. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.
- **Grandes Personagens da Nossa História**. v.2. São Paulo: Abril, 1972.
- GUERRA FILHO, Sérgio Armando. **O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia**. Salvador: UFBA, 2004.
- LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os mercenários do imperador**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- LIMA, Oliveira. **D. João no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MAGALHÃES, J. B. **Evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.
- MELO, Evaldo Cabral. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Forense, 1975.
- MONTEIRO, Tobias do Rego. **História do Império – a elaboração da independência**. Rio de Janeiro: Briguiet, 1927.

- MOURA, Aureliano. Os regimentos portugueses no Brasil – Moura, Bragança e Estremoz. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n.87, p. 162-173, 2001.
- RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001.
- RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução ou contra-revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- SALDANHA, Juvêncio. **Os mercenários do Imperador**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.
- SELVAGEM, Carlos**. Portugal militar**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994.
- SOUZA, Adriana Barreto. **O exército na consolidação do império.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- _____. Exército, milícias e ordenanças. **Revista DaCultura**, n.14, p. 26-32, 2008.

"OPERAÇÃO FRANKTON": AÇÃO CLANDESTINA DOS COMMANDOS NAVAIS BRITÂNICOS NO PORTO DE BORDEAUX (1942)

Rodney Alfredo Pinto Lisboa[1]

"A incursão de *Commandos* mais excepcional da guerra."

- Descrição proferida por Peter Popp, Capitão-de-Corveta da *Kriegsmarine* (Marinha de Guerra alemã) em 1946, sobre a ação dos fuzileiros reais no porto de Bordeaux.[2]

INICIATIVA BRITÂNICA DE CONTER A ROTA MARÍTIMA DE ABASTECIMENTO DAS TROPAS ALEMÃS NA FRANÇA

Após a deflagração da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) o Reino Unido, temendo uma ofensiva alemã contra o território britânico pelo mar, promoveu um rigoroso bloqueio naval às rotas marítimas de acesso (Canal da Mancha e Mar do Norte) as ilha britânicas.

Com o objetivo de projetar o poder militar da máquina de guerra liderada por Adolf Hitler e conquistar uma vantagem estratégica que permitisse estabelecer uma rota de acesso ao oceano Atlântico, as Wehrmacht (Forças Armadas da Alemanha nazista) invadiram a França em 1940. Com base em um acordo estabelecido entre alemães e franceses que dividia o território francês em duas frações, as tropas nazistas ocuparam a porção norte-ocidental do país enquanto a parte sul-oriental passou a constituir uma região livre da ocupação militar alemã.[3] Administrado por um governo francês – com sede na cidade de Vichy – esse Estado, apesar da ausência de contingentes militares germânicos, sofreu forte influência do regime nazista na condução de sua política externa sendo considerado pelas nações Aliadas[4] como Estado submisso aos interesses do Terceiro Reich[5].

Valendo-se da privilegiada localização geográfica da costa francesa, a Kriegsmarine passou

1 Professor da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) e da Fundação de Ensino e Pesquisa de Itajubá (FEPI). Especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB) e da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).
2 LYMAN, Robert. *Operation Suicide: the remarkable story of the cockleshell raid.* London: Quercus, 2012, p. 7.
3 JORDAN, David; WIEST, Andrew. A guerra relâmpago. *Atlas da Segunda Guerra Mundial:* Alemanha *versus* Inglaterra. v. 1, São Paulo: Escala, 2008, pp. 34-36.
4 Conjunto de nações que durante a Segunda Guerra Mundial se opuseram à política expansionista de poder promovida pelo Eixo Roma-Berlim-Tóquio. Os principais representantes das nações Aliadas são: Reino Unido, União Soviética e Estados Unidos.
5 Termo empregado em referência ao Estado sucessor do Sacro Império Romano Germânico (Primeiro Reich) que se extendeu de 962 a 1806, e o Império Alemão (Segundo Reich) que perdurou de 1871 a 1918.

a utilizar estrategicamente os portos franceses como base naval de U-boats (submarinos), empregados na Tonagekrieg[6] (Guerra de Tonelagem) desenvolvida no Atlântico, e como porto de abastecimento de navios mercantes utilizados para prover o suprimento das tropas nazistas localizadas nas proximidades do litoral francês.

Situada na margem sul do rio Garonne, a cerca de 120km do estuário do rio Gironde no Golfo de Biscaia, a instalação portuária da cidade de Bordeaux – considerada como uma das mais importantes da França – passou a ser utilizada com base na estratégia de emprego dos portos franceses adotada pela Kriegsmarine.

Na tentativa de estrangular a rota de comércio marítimo e conter o tráfego de embarcações mercantes alemãs que rompiam o bloqueio naval britânico no Canal da Mancha para atracar no porto de Bordeaux, Winston Churchill – primeiro-ministro britânico – solicitou uma solução militar para o problema junto ao Chiefs of Staff Committee[7] (Comitê da Defesa) e ao Combined Operations Headquarters[8] (Quartel-General de Operações Combinadas).

Inicialmente foi considerado um eventual ataque aéreo empregando bombardeiros da *Royal Air Force* (Força Aérea Real), mas a possibilidade de provocar um elevado número de baixas civis – em virtude do porto estar localizado na região metropolitana de Bordeaux – tornou essa alternativa inviável. O Exército britânico também especulou a possibilidade de realizar um ataque por terra, porém os requisitos a serem envolvidos na operação, considerando o emprego de três divisões de infantaria, diversas embarcações de desembarque de tropas, além de suporte aéreo e naval, tornaram a tarefa impraticável em virtude da escassez de tempo para desenvolver um planejamento adequado visando uma tarefa de tamanha complexidade.[9]

6 Estratégia militar adotada pela Kriegsmarine com o objetivo de atacar qualquer navio mercante que fornecesse suprimentos (materiais e armamentos) essenciais para o esforço de guerra das tropas Aliadas no teatro europeu. Essa estratégia partia do princípio que a força atacante era capaz de afundar navios mercantes mais rapidamente que a força defensora era capaz de substituí-los.
7 Instituição responsável por assessorar assuntos operacionais na preparação e condução de ações militares. É composto pelo Chefe e Vice-Chefe do Estado-Maior da Defesa, bem como pelos Chefes de Estado-Maior de cada uma das Forças Armadas britânicas.
8 Departamento vinculado ao British War Office (Ministério da Guerra britânico), responsável por realizar ações militares no continente europeu utilizando forças combinadas da Marinha e do Exército durante a Segunda Guerra Mundial.
9 FORD, Ken. The Cockleshell Raid: Bordeaux 1942. Oxford: Osprey Publishing, 2011, p. 7.

Figura 1: O major Herbert Hasler (à frente) e o capitão Stewart (atrás) participam de uma sessão de treinamento com o modelo de canoa empregado na Operação Frankton. (Fonte: LYMAN, 2012, p. 4).

Impossibilitados de encontrar uma solução convencional satisfatória, capaz de conter o fluxo de embarcações nazistas no porto de Bordeaux, o Comitê da Defesa transferiu a responsabilidade para o Quartel-General de Operações Combinadas, então comandado pelo almirante Louis Mountbatten. Após avaliar algumas possibilidades de operação do tipo raid (incursão[10]), Mountbatten interessou-se pela proposta idealizada pelo major Herbert George Hasler, um oficial dos Royal Marines (Real Corpo de Fuzileiros Navais) que tempos atrás havia sugerido o emprego de barcos explosivos motorizados[11] e canoas (caiaques) para penetrar instalações portuárias e sabotar as embarcações lá fundeadas utilizando cargas explosivas dotadas de grande poder de destruição.[12]

Cabe destacar que os britânicos acumularam longa experiência nos conflitos coloniais (América do Norte e África) em que se envolveram ao longo dos dois séculos que antecederam a Segunda Grande Guerra. A expertise adquirida somada a tradição de inovar em assuntos relacionados às questões militares e manter um elevado nível de adestramento das tropas contribuía favoravelmente

10 Ação ofensiva, realizada normalmente em pequena escala, envolvendo infiltração e evasão planejada, rápida e sigilosa em uma área controlada pelo inimigo, com o intuito de confundi-lo, obter informações, destruir ou neutralizar alvos estratégicos ou de ocasião.
11 Este modelo de embarcação deriva do MTM-Motoscafo Turismo Modificato (Lancha Torpedeira), utilizado pelos incursores navais da Regia Marina (Marinha italiana) para realizar ataques contra navios Aliados de grande porte. O MTM era conduzido por um único tripulante e transportava uma carga de 300kg junto à proa. Navegando a grande velocidade contra o alvo, o piloto lançava-se ao mar na iminência da explosão causada pelo choque entre as duas embarcações.
12 FORD, Ken. *op. cit.,* pp. 8-9.

para que as Forças Armadas britânicas desenvolvessem unidades de incursores.[13]

A PROPOSTA DE EMPREGAR CANOAS EM OPERAÇÕES DE INCURSÃO

Desconsiderada anteriormente pelo Almirantado[14] britânico, a opção por meios alternativos de infiltração aquática[15] passou a ser reavaliada a partir do sucesso obtido pelos mergulhadores italianos da Decima Flottiglia Mezzi d`Assalto[16] (Décima Flotilha de Meios de Assalto), que em 1941 conseguiram penetrar as defesas do porto de Alexandria (Egito) conduzindo três torpedos tripulados com o objetivo de atacar navios de guerra britânicos lá ancorados.[17]

Como argumento para justificar a utilização de caiaques na operação de assédio a instalações portuárias, o major Hasler destacou os fatores furtividade e economia de meios como as principais vantagens oferecidas pela canoa como método de infiltração ideal, considerando uma ação irregular que exigia máxima descrição em todas as fases de execução da missão.

Com as bases da proposta devidamente fundamentadas e aprovadas, Moutbatten determinou a formação do RMBPD-Royal Marine Boom Patrol Detachment[18] (Destacamento de Barcos Explosivos à Motor do Real Corpo de Fuzileiros Navais) em maio de 1942 designando Hasler como oficial comandante e o capitão J. S. Stewart como subcomandante. Estabelecida no balneário de Southsea na cidade de Portsmouth em julho do mesmo ano, a unidade iniciou seu processo seletivo, realizado mediante voluntariado de elementos oriundos da Royal Marine Small Arms School (Escola de Infantaria do Real Corpo de Fuzileiros Navais) e do Royal Marine Auxiliary Battalion (Batalhão Auxiliar do Real Corpo de Fuzileiros Navais).[19]

Organizada para operar como um destacamento do tipo Commandos[20], o RMBPD

13 DUNNIGAN, James F. Ações de Comandos: operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana. Rio de Janeiro: Bibliex, 2008, pp. 134-135.
14 Instituição responsável pelo comando da Marinha Real até 1964, quando o passou a fazer parte do Conselho de Defesa do Reino Unido, órgão que faz parte do Ministério da Defesa britânico.
15 Tática militar de mobilidade, realizada de forma dissimulada, empregada com a finalidade de desdobrar (por via aquática) uma força militar de pequeno porte para a área de operação, que pode ou não encontrar-se ocupada pelo inimigo. A infiltração aquática pode ocorrer a nado (mergulho), por embarcações de superfície ou submarinas, além da combinação desses meios.
16 Unidade vinculada a *Regia Marina* que atuou empregando mergulhadores em operações de assalto anfíbio e sabotagem no decorrer das duas Guerras Mundiais.
17 Ver: SCHOFIELD, William; CARISELLA, P. J. *Frogmen First Battles*. Wellesley (MA): Branden Books, 2005.
18 Essa designação foi atribuída em referência a um dos modelos de embarcação (barco explosivo motorizado) utilizados pela unidade para o desempenho de suas funções.
19 VAN DER BIJL, Nick; HANNON, Paul. *The Royal Marines 1939-93*. Elite Series 57, London: Osprey Publishing, 1994, p. 15.
20 Pequenas unidades formadas pelo Exército britânico em junho de 1940 para realizar operações irregulares contra posições inimigas no continente europeu com o objetivo produzir um efeito desmoralizador nas tropas do Eixo. Com a continuidade da guerra, os *Commandos* tiveram suas responsabilidades operacionais aumentadas, passando a operar não mais como unidades de incursão mas como ponta de lança em operações de desembarque de tropas convencionais.

preocupava-se em incorporar indivíduos dotados de características distintas que os qualificavam para o desempenho das missões para as quais a tropa se destinava. Assim, conforme o perfil operacional da unidade, a busca pelos denominados Perfect Soldiers[21] (Soldados Perfeitos) priorizava homens dotados de raciocínio crítico, estabilidade emocional, autoconfiança, autonomia, determinação, resistência física, visão apurada, soubessem técnicas de natação, demonstrassem vontade de enfrentar o inimigo e estivessem livres de laços familiares, que eventualmente, poderiam comprometer sua disposição para o engajamento em operações dessa ordem.[22]

Canoas Cockle Mk II				
Comprimento	**Largura**	**Altura**	**Peso**	**Remos**
5,30m	71cm	45cm	35kg (vazia)	2 de 2m (podendo se desconectar em 4 de 1m)

Tabela 1: Características físicas da canoa Cockle Mk II. (Fonte: adaptado de LYMAN, 2012)

Neste ponto, abrimos um parêntese para salientar, que em virtude da natureza específica das operações em que se engajam, a busca por requisitos individuais compatíveis com o perfil da unidade – seja ela qual for – é norma recorrente nos processos seletivos das tropas especializadas.[23] Isso ocorre, pois ao operar com grupos numericamente reduzidos, as forças irregulares (tropas especiais) dependem da capacidade individual – aprimorada mediante treinamento sistemático – para analisar e solucionar a situação em questão com liberdade de ação, originalidade, simplicidade, praticidade e adaptabilidade.[24]

No decorrer do período básico de treinamento, os 34 voluntários, que a princípio haviam se apresentado na base naval de Portsmouth, foram colocados à prova em uma rigorosa rotina de exercícios que explorava as diferentes habilidades exigidas pela unidade, entre as quais destacam-se: técnicas de navegação diurna e noturna, operação e maneabilidade da canoa em diferentes condições de mar, procedimentos de infiltração e evasão furtiva, métodos de sabotagem e manipulação de explosivos.[25]

21 Termo instituído pelo escritor e analista político-militar estadunidense James F. Dunnigan (2008, p. 60) para designar o militar profissional dotado de habilidades específicas, treinado e equipado para realizar operações particularmente complexas em qualquer modalidade de guerra (terrestre, marítima ou aérea).
22 FORD, Ken. *op. cit.,* p. 11.
23 DUNNIGAN, James F. *op. cit.,* p. 67.
24 DENÉCÉ, Éric. *A História Secreta das Forças Especiais.* São Paulo: Larousse, 2009, p. 235.
25 FORD, Ken. op. cit., p. 17-18.

Equipe A		Equipe B	
Canoa	**Tripulação**	**Canoa**	**Tripulação**
Catfish	Major Herbert G. Hasler	**Cuttlefish**	Tenente John W. McKinnon
	Fuzileiro William E. Sparks		Fuzileiro James Conway
Crayfish	Cabo Albert F. Laver	**Coalfish**	Sargento Samuel Wallace
	Fuzileiro William H. Mills		Fuzileiro Robert Ewartt
Conger	Cabo George J. Sheard	**Cachalot**	Fuzileiro William Ellery
	Fuzileiro David Moffatt		Fuzileiro Erick Fisher

Tabela 2: Distribuição das equipes de remadores destacados para a "Operação Frankton". (Fonte: Elaborada pelo autor).

Fazemos uma digressão para considerar as características das embarcações utilizadas nas operações promovidas pelo RMBPD (Tabela 1). Elaboradas pelo designer Fred Goatley sob supervisão do major Hasler e construídas pela empresa aeronaval Saunders-Roe, as canoas empregadas nas incursões (modelo Cockle Mk II) apresentavam estrutura interna de madeira compensada envolvida externamente por uma lona impermeável. A configuração articulada da estrutura permitia que a embarcação fosse facilmente compactada para ser transportada no interior de um submarino e transferida para o meio externo por uma escotilha ou tubo de torpedos. Quando em terra, o desenho plano da parte inferior do casco possibilitava que a canoa fosse arrastada quando totalmente carregada de equipamentos.[26]

ASSÉDIO AO PORTO DE BORDEAUX

Efetivada em setembro de 1942, a proposta de Hasler foi levada a cabo no primeiro dia de dezembro, após três meses de intensa preparação. A força incursora – constituída de 12 homens distribuídos em seis duplas de remadores (Tabela 2) – embarcou da base de Holy Loch (Escócia) no submarino HMS Tuna-N94 com destino ao oceano Atlântico. Embora tivessem treinado com

26 LYMAN, Robert. *Operation Suicide: the remarkable story of the cockleshell raid.* London: Quercus, 2012, pp. 93-95.

afinco e estivessem preparados para qualquer eventualidade, o grupo somente foi informado sobre as especificidades da missão quando já se encontrava no interior do submarino.[27]

O plano original, previsto para ocorrer entre os dias 7 e 10 de dezembro, estabelecia que os remadores, dispostos em duas equipes de três canoas, deveriam se aproximar do porto de Bordeaux através do rio Gironde com o objetivo de destruir embarcações inimigas e bloquear a entrada do porto com os destroços dos navios sabotados.

Na noite do dia 7 de dezembro, o HMS Tuna emergiu na costa da Aquitânia a cerca de 15 quilômetros da foz do rio Gironde. Eram 22 horas quando foi dada a ordem para que as canoas fossem lançadas ao mar. Cada um dos membros do grupo estava trajado com o uniforme de serviço dos *Royal Marines* sob traje impermeável camuflado para operações anfíbias, usavam gorro de lã para proteger a cabeça, e apresentavam o rosto e as mãos cobertos por fuligem para que a pele não emitisse qualquer reflexo que pudesse denunciá-los. O equipamento encontrava-se acondicionado em um compartimento de madeira compensada colocada no interior de cada canoa, entre os quais: conjunto de oito minas magnéticas Limpet, haste articulada para fixação das minas, submetralhadoras Sten Gun equipadas com silenciador, pistolas Colt M1911, granadas de mão, facas de combate (modelo Fairbairn-Sykes), rede de camuflagem, bússola, mapas, apito (som de gaivota), rações, vasilha para retirar água do caiaque e remos sobressalentes.

Enquanto o destacamento incursor preparava-se para deixar o submarino, a equipe B perdeu o apoio da tripulação do *Cachalote* antes que o procedimento de desembarque fosse concluído, uma vez que a armação da canoa foi seriamente avariada ao chocar-se com a escotilha de acesso.

Cinco das seis embarcações previstas lançaram-se nas águas do Atlântico iniciando as manobras de aproximação do estuário do Gironde, onde o forte fluxo turbulento das ondas afetou a estrutura do *Conger* levando-o a pique. Posteriormente, os macaréus[28] também comprometeram o *Cuttlefish*, encontrado totalmente adernado pela tripulação do *Catfish*. Após afundar a embarcação, os tripulantes do *Cuttlefish* foram rebocados até 90 metros do litoral completando o percurso a nado.

27 DENÉCÉ, Éric. *op. cit.,* p. 46.
28 Onda de arrebentação marítima que irrompe de súbito em sentido oposto ao do fluxo das águas do rio em um estuário.

Distância Percorrida		
Noite	Milhas Náuticas	Quilômetros
1ª Noite (7-8/12/42)	23	42,5
2ª Noite (8-9/12/42)	22	40,7
3ª Noite (9-10/12/42)	15	27,7
4ª Noite (10-11/12/42)	9	16,6
5ª Noite (11-12/12/42)	22	40,7
Total	**91**	**168,2**

Tabela 3: Distância coberta pelas canoas no decorrer do percurso até o porto de Bordeaux. (Fonte: Adaptado de FORD, 2011).

Prosseguindo com três das seis canoas previstas para levar a operação a cabo, a força incursora deparou-se com o farol de Point de Grave, que iluminava as águas adjacentes auxiliando um grupo de quatro fragatas da *Kriegsmarine* oriundas da base naval alemã situada em Le Verdon-sur-Mer. Esgueirando-se por entre as embarcações alemãs e o quebra-mar, o *Catfish* e o *Crayfish* conseguiram se desvencilhar dos navios patrulha. Contudo, o *Coalfish* não teve a mesma sorte sendo avariado e comprometido durante a manobra ao chocar-se com um tronco submerso.[29]

Sem saber do destino da tripulação do *Coalfish*, os remadores das outras duas canoas aguardaram por alguns instantes emitindo sinais com os apitos de gaivota. Frustradas por não conseguirem obter qualquer resposta, ambas tripulações optaram por dar prosseguimento à operação.

Na iminência do alvorecer, após remarem por aproximadamente 43km (Tabela 3), os remadores desembarcaram das canoas, rebocaram as embarcações para fora da água, e posicionaram-nas junto à vegetação ribeirinha cobrindo-as com as redes de camuflagem. Sem perceber, os homens do RMBPD haviam estabelecido acampamento próximo à colônia de pescadores localizada em Saint Vivien du Medoc. No meio da manhã, notando que sua posição os denunciava, o major Hasler decidiu intervir junto a um grupo de franceses que estava nos arredores. Sob a devida cobertura das metralhadoras Sten, ele obteve dos pescadores a promessa de que o destacamento não seria denunciado para os alemães.[30]

Nas noites dos dias 8 e 9 de dezembro, mantendo a rotina de remar aproveitando a escuridão da noite e permanecendo acampado enquanto havia luz natural, os fuzileiros reais voltaram a remar pelo Gironde e penetraram no Garonne progredindo rio acima até a alvorada do dia 10. Na noite desse mesmo dia – data prevista para o ataque – os canoístas foram obrigados a postergar a ofensiva, pois não teriam tempo suficiente para fixar as minas e evadirem-se sob a proteção da noite. Assim, eles colocaram-se a uma distância relativamente próxima do porto, permanecendo escondidos durante o

29 DENÉCÉ, Éric. *op. cit.,* p. 47.
30 WASKEY, A. J. L. Cockleshell Heroes (December 6-12, 1942). In: TUCKER, Spencer C. (ed.). *World War II at Sea: an encyclopedia.* Santa Barbara (CA): ABC-CLIO, p. 180.

dia, espreitando entre a densa vegetação que margeava o rio e servia-lhes de camuflagem.[31]

Finalmente, na noite do dia 11 de dezembro o major Hasler emitiu a ordem de ataque, e as canoas penetraram as instalações do porto de Bordeaux seguindo por direções opostas. Enquanto o *Catfish* margeava o lado oeste da docas, o *Crayfish* navegava a leste, ambos deslizando lenta e sorrateiramente pelas águas do Gironde enquanto suas tripulações analisavam criteriosamente possíveis alvos. Preocupados em permanecer fora do ângulo de visão das sentinelas alemãs, os remadores do *Catfish* colocaram as três primeiras minas em um dos grandes cargueiros fundeados no porto, plantando uma mina na proa, uma na popa e uma à meia-nau. As cinco minas restantes foram posicionadas em outras três embarcações, escolhidas cuidadosamente de acordo com as dimensões e conforme os danos que sua avaria poderia proporcionar aos nazistas. Por sua vez, empregando a mesma metodologia da tripulação do *Catfish*, os canoístas do *Crayfish* colocaram suas minas em duas embarcações de médio e grande porte.[32]

É importante esclarecer que o mecanismo de acionamento das minas Limpet, desprovido de dispositivo de retardo que poderia denunciar a presença do artefato em virtude do som emitido (tique-taque), era acionado por uma borboleta que ao ser rosqueada perfurava uma ampola contendo acetona, que por sua vez dissolvia lentamente o material plástico contendo a carga explosiva. O método de fixação das minas junto ao casco dos navios utilizava a força de atração magnética do imã incorporado ao explosivo. Os fuzileiros reais acoplavam a mina em uma das extremidades de uma haste articulada de dois metros de comprimento, posicionando-a próximo à parte inferior do navio imediatamente abaixo da superfície da água. O campo magnético criado entre o casco metálico e o imã fazia com que a mina se conectasse permanecendo fixa junto ao costado da embarcação.[33]

31 FORD, Ken. *op. cit.,* p. 42.
32 FORD, Ken. *op. cit.,* pp. 43-44.
33 HOLMES, Richard. *et. al. Dicionário Visual das Forças Militares Especiais.* v. 14, Lisboa: Editorial Verbo, 1998, pp. 18-19.

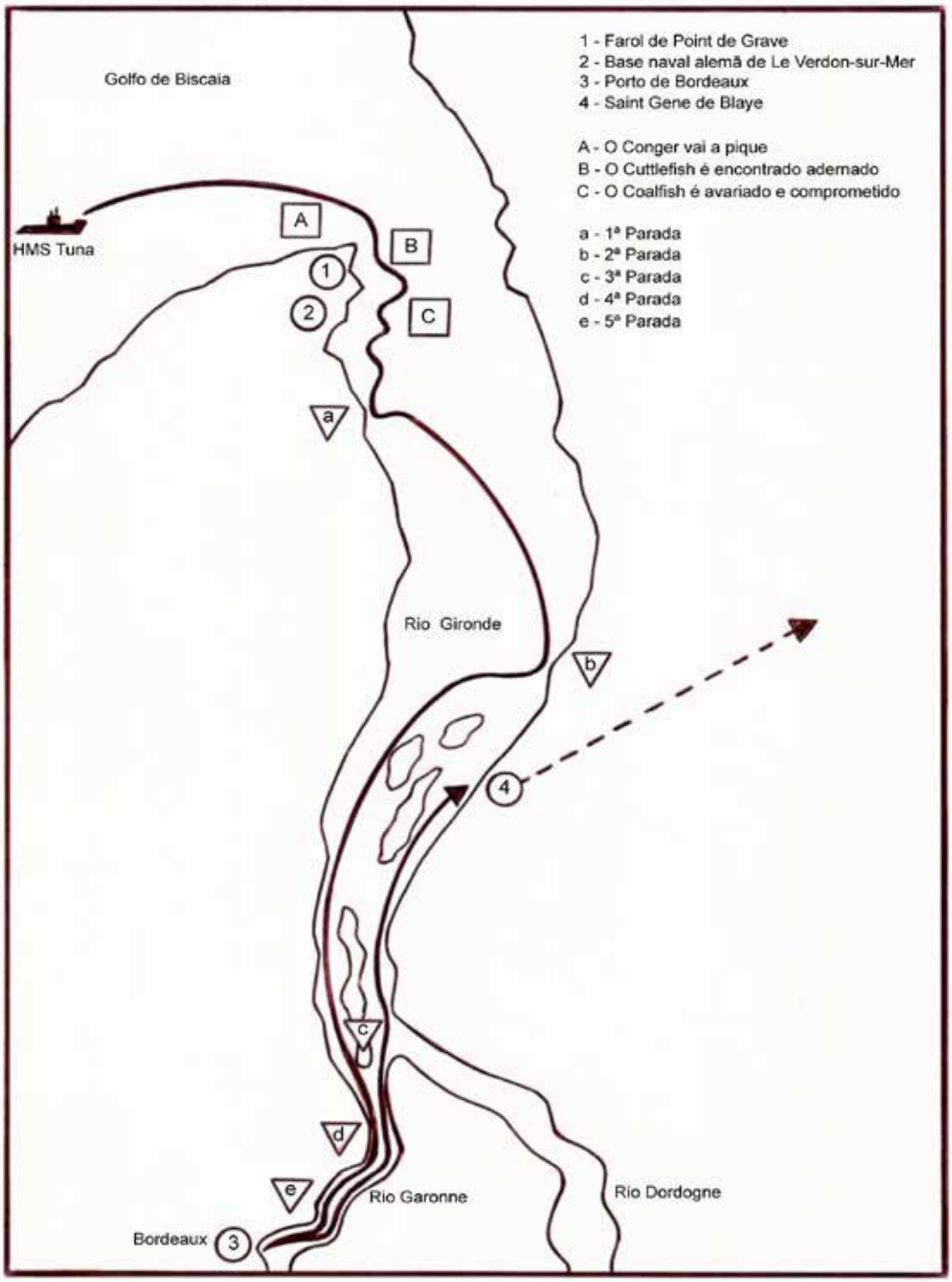


Figura 2: Rota percorrida pelos homens do RMBPD entre os dias 7 e 12 de dezembro de 1942. (Fonte: Adaptado de FORD, 2011).

Na madrugada do dia 12, tendo as tripulações do *Catfish* e do *Crayfish* concluído o procedimento de colocação das minas magnéticas, cada uma por seu turno, evadiu-se furtivamente do porto margeando o rio conforme estipulado no plano de fuga. Ambas as tripulações se encontraram algum tempo depois próximo à ilha de Caseau, permanecendo remando juntas até o local indicado

para que os caiaques fossem abandonados nas proximidades de Saint Gene de Blaye. Após inundar e afundar as canoas, os homens, sempre organizados em pares, tomaram rotas diferentes por terra.[34]

Surpreendida pelo impacto causado pela detonação das minas magnéticas, a guarnição responsável pelas defesas do porto de Bordeaux somente tomou conhecimento da ação dos canoístas britânicos após a sucessão de explosões que deixou um rastro de destruição, obstruindo o acesso à instalação portuária com os destroços de um navio afundado e outros cinco severamente avariados. A repercussão dos danos causados incitou uma caçada que levou as tropas alemãs a procurar possíveis agressores por todo território francês.

Utilizando trajes civis, Hasler e Sparks (*Catfish*) seguiram por cerca de 1.900km até a cidade de Ruffec, onde contataram membros do movimento de resistência francesa[35], que os auxiliaram a atravessar os montes Pirineus em direção à Espanha, alcançando o território britânico de Gibraltar e chegando separadamente à Inglaterra cinco meses após a operação. Em sua tentativa de fuga, Laver e Mills (*Crayfish*) foram detidos pela *Gendarmarie* (polícia francesa) em Montlieu-la-Garde e entregues às tropas alemãs. Terminado o conflito, em uma audiência que julgava criminosos de guerra nazistas, veio a público que os soldados alemães, atendendo à *Kommandobefehl*[36], haviam capturado e executado os seis tripulantes do *Coalfish*, *Cuttlefish* e *Crayfish.* Os fuzileiros Wallace e Ewartt (*Coalfish*) foram interrogados pela *Sicherheitsdienst* (Serviço de Inteligência da *Schutzstafell*[37]) e mortos no local da captura em 12 de dezembro de 1942. Por sua vez, McKinnon, Conway (*Cuttlefish*), Laver e Mills (*Crayfish*) foram executados em 23 de março de 1943 em Paris. Vitimados pela hipotermia, Sheard e Moffat (*Conger*) haviam falecido enquanto tentavam alcançar a praia depois que seu caiaque foi levado a pique.[38]

Embora desfalcado de sua formação original, o destacamento incursor que levou a cabo a Operação Frankton obteve saldo positivo no desempenho de sua tarefa, considerando que seis das doze embarcações fundeadas na instalação portuária de Bordeaux foram destruídas ou seriamente danificadas, restringindo consideravelmente as atividades alemãs no porto por cerca de quatro meses e obstruindo o abastecimento das tropas estacionadas no sudoeste da França.

34 WASKEY, A. J. L. *op. cit.,* p. 181.
35 Movimento armado, constituído por um conjunto de células de resistência rural e urbana (*Maquis*), que lutou contra a ocupação nazista da França durante a Segunda Guerra Mundial.
36 Ordem emitida por Hitler em outubro de 1942 por ocasião das constantes e bem sucedidas ações de *Commandos* empreendidas contra as tropas alemãs. Segundo essa determinação, todo soldado Aliado capturado e identificado como membro de uma unidade de *Commandos* deveria ser executado imediatamente estando ele uniformizado ou não.
37 Também conhecida pela sigla SS constituía a organização paramilitar ligada ao partido nazista.
38 FORD, Ken. *op. cit.,* p. 60.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da Segunda Guerra Mundial, as inúmeras operações de incursão realizadas de forma "cirúrgica" por unidades do tipo *Commandos*, entre as quais a ação dos fuzileiros reais em Bordeaux figura em destaque, ganharam tamanha notoriedade a ponto de gerar profunda inquietação em todas as guarnições nazistas alocadas na Europa e no norte da África.[39]

A incursão naval dos membros do RMBPD no porto de Bordeaux é considerada como uma das mais audaciosas ações militares realizadas na Segunda Grande Guerra. Elaborada para ser desenvolvida como uma ação irregular (Operação Especial) envolvendo o emprego de uma força pequena, bem adestrada e equipada contra um adversário mais numeroso e estacionado em bases fortificadas, a incursão dos canoístas britânicos buscou, valendo-se da coragem e iniciativa de seus integrantes, conquistar a superioridade relativa atacando um alvo considerado vital para as tropas alemãs.[40]

Empregando princípios de guerra não-convencional em uma época em que as Operações Especiais eram realizadas com base mais no empirismo que em conceitos teóricos consagrados, sendo encaradas com ceticismo por alguns adeptos do modelo ortodoxo de enfrentamento, Hasler e seus homens lançaram mão da simplicidade, surpresa e propósito[41] para alicerçar a conduta das ações a que se propuseram. Na tarefa de alcançar os objetivos traçados, era essencial desenvolver um plano relativamente simples para surpreender o inimigo superando todos os obstáculos que surgissem pelo caminho, de modo a não oferecer-lhe qualquer possibilidade de prever o ataque ou mesmo defender-se dele.

Grande parte do sucesso obtido em decorrência da ação dos canoístas britânicos na sabotagem dos navios alemães estacionados em Bordeaux, deveu-se à capacidade de liderança do major Hasler. Dotado com os predicados que cabem a um prestigioso líder, o comandante do RMBPD despertava empatia em seus subordinados à medida que dialogava e identificava-se com eles, estabelecendo uma

39 YOUNG, Peter. *Comandos:* os soldados-fantasmas. História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial, tropas 4. Rio de Janeiro: Renes, 1975, p. 115.
40 McRAVEN, William Harry. *Spec Ops: case studies in special operations warfare theory and practice.* Novato (CA): Presidio Press, 1996, p. 8.
41 Relacionados como fatores fundamentais para o sucesso de uma campanha militar não-ortodoxa, a simplicidade, surpresa e propósito juntam-se a segurança, repetição e rapidez, para compor os seis princípios das Operações Especiais propostos por William Harry McRaven, oficial da Marinha norte-americana e autor de um dos estudos mais consagrados sobre a condução do combate administrado pelas denominadas Forças Especiais.

relação de confiança mútua que promovia maior coesão entre os membros do grupo, estimulava a disciplina necessária para o bom desempenho das funções, e elevava o moral da tropa. Essa afinidade entre as partes permitiu que os homens sob seu comando, independentemente do esforço e sacrifício empenhados, se comprometessem com os procedimentos estabelecidos para uma missão de natureza tão singular como a que ocorreu no Porto de Bordeaux.[42]

A repercussão do atentado contra a instalação portuária francesa evidenciou a ousadia dos canoístas britânicos em uma ação até então inimaginável contra o poder de combate nazista. Em uma alusão ao confronto bíblico entre Davi e Golias, os fuzileiros reais atreveram-se a confrontar canoas pequenas e frágeis contra o volume e a resistência dos grandes navios dotados de casco de metal que abasteciam a máquina de guerra alemã. Por ocasião de seu feito, tanto os sobreviventes quanto àqueles que tombaram em ação foram devidamente condecorados recebendo o prestígio e a posteridade que lhes eram devidos. Apesar da considerável perda humana sofrida no curso da ação, a força incursora que atravessou o Gironde e desferiu um profundo golpe contra a frota nazista alocada no sudoeste da França, arcou com sua responsabilidade com profundo senso de dever ficando para sempre marcados na história com o título honorífico de "*Cockleshell Heroes*" (Heróis em Cascas de Noses).

BIBLIOGRAFIA

- DENÉCÉ, Éric. *A História Secreta das Forças Especiais.* São Paulo: Larousse, 2009.
- DUNNIGAN, James F. *Ações de Comandos:* operações especiais, comandos e o futuro da arte da guerra norte-americana. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.
- FORD, Ken. *The Cockleshell Raid: Bordeaux* 1942. Oxford: Osprey Publishing, 2011.
- GARNER, Harry C. Empatia: habilidade de um verdadeiro líder. *Military Review* [edição brasileira] Fort Leavenworth (KS), Mar/Abr, 2010, p. 40-49.
- HOLMES, Richard. *et. al. Dicionário Visual das Forças Militares Especiais.* v. 14, Lisboa: Editorial Verbo, 1998.
- JORDAN, David; WIEST, Andrew. A guerra relâmpago. *Atlas da Segunda Guerra Mundial:* Alemanha *versus* Inglaterra. v. 1, São Paulo: Escala, 2008, p. 23-40.
- _____. A guerra no Atlântico. *Atlas da Segunda Guerra Mundial:* Alemanha *versus*

42 GARNER, Harry C. Empatia: habilidade de um verdadeiro líder. *Military Review* [edição brasileira] Fort Leavenworth (KS), Mar/Abr, 2010, p. 40.

Inglaterra. v. 1, São Paulo: Escala, 2008, p. 51-61.

- LYMAN, Robert. *Operation Suicide: the remarkable story of the cockleshell raid.* London: Quercus, 2012.
- McRAVEN, William Harry. *Spec Ops: case studies in special operations warfare theory and practice.* Novato (CA): Presidio Press, 1996.
- VAN DER BIJL, Nick; HANNON, Paul. *The Royal Marines 1939-93.* Elite Series 57, London: Osprey Publishing, 1994.
- WASKEY, A. J. L. Cockleshell Heroes (December 6-12, 1942). In: TUCKER, Spencer C. (ed.). *World War II at Sea: an encyclopedia.* Santa Barbara (CA): ABC-CLIO, p. 180-181.
- YOUNG, Peter. *Comandos:* os soldados-fantasmas. História Ilustrada da 2ª Guerra Mundial, tropas 4. Rio de Janeiro: Renes, 1975.

A INVASÃO DO EGITO E A "POLÍTICA DA DESCONFIANÇA" DOS SUCESSORES DE ALEXANDRE MAGNO (323-320 A.C.)

Beatriz Aires Fernandes Cunha[1]

Fernanda Alvares Freire[2]

RESUMO

Os "jogos fúnebres" de Alexandro Magno, como relata Diodoro da Sicília, foram as disputas de seus sucessores pelo poder e pelo controle de seu vasto império. Este artigo tem por objetivo analisar a tentativa que Perdicas conduziu para se tornar o novo rei, bem como os motivos de sua morte desastrosa durante os eventos da invasão do Egito.

Palavras-chave: Perdicas; Ptolomeu; Guerra.

ABSTRACT

Alexander the Great's "funeral games", as worded by Diodorus Siculus, were the strifes among his successors for the power and control of his vast empire. This article intends to analyze Perdiccas' endeavor of becoming the new king and the reasons of his disastrous death during the events of the invasion of Egypt.

Keywords: Perdiccas; Ptolemy; War.

INTRODUÇÃO

Os anos de 323 a 320 a.C. constituem o período entre os dois tratados que decidiriam o futuro do legado de Alexandre Magno. Tendo deixado para trás um império instável, a morte do rei implicava um revés que se tornaria a matriz de inúmeras disputas entre os nobres mais poderosos, pendendo entre o seu desejo de unificação e a fragmentação iminente de suas conquistas. Tratava-se, portanto, do problema da sucessão. A batalha do Nilo, travada em 320 a.C. entre as tropas de Perdicas e Ptolomeu no Egito, vem como resultado deste contexto.

Segundo Braund (2005, 21), tudo era possível em 323 a.C., exceto uma sucessão pacífica. O primeiro acordo entre os generais na Babilônia foi o resultado das difíceis condições de herança

1 Graduanda em História pela UnB e bolsista (voluntária) de iniciação científica da UnB. Email: ibacfg.gl@gmail.com. Orientador: Henrique Modanez de Sant'Anna.
2 Graduanda em História pela UnB. Email: fernandaalvaresf@gmail.com. Orientador: Henrique Modanez de Sant'Anna.

do reino e de acentuadas discórdias. Alexandre havia morrido de forma inesperada, sem ter deixado, aparentemente, nenhuma instrução direta a respeito da continuidade de seu Império. De acordo com Quinto Cúrcio (10.5.13-17), os macedônios anteviram os conflitos civis que se seguiriam, não pelo controle da Ásia, mas, desta vez, para nomear um rei que governasse a eles próprios.

Como nos contam as nossas fontes (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.2.4; QUINTO CÚRCIO, *História de Alexandre*, 10.4.4), momentos antes de sua morte, Alexandre teria retirado o seu anel e o entregado a Perdicas. Assim, mesmo com a divisão das satrapias sob a regência de Perdicas e a indicação de Filipe Arrideu e Alexandre IV como sucessores de Alexandre Magno, as disputas e as contínuas tentativas de reunificação do império foram incessantes. A primeira dessas tentativas foi feita por Perdicas, que já ocupava uma posição proeminente como um dos generais mais poderosos do império.

Acerca da tentativa de reunificação do império por Perdicas e seu desfecho fatal – o assassinato por seus próprios companheiros – estão inseridas questões relacionadas ao comportamento dos generais de Alexandre, o conflito entre a ideia unitária do império, legado do rei, e tendências particularistas (WILL, 1928: 29). Debruçaremo-nos neste artigo sobre a definição das razões que levaram ao fracasso da invasão do Egito por Perdicas, evento que resultou na alteração completa da política helenística em seus primórdios (323-320 a.C.).

A MORTE DE ALEXANDRE E A QUESTÃO DA SUCESSÃO

Com a morte de Alexandre em 323 a.C., os territórios e o trono de seu vasto império tornaram-se alvo de disputa entre seus generais. Sem designar diretamente um sucessor, o único sinal deixado pelo rei foi o fato de ter entregado seu anel a Perdicas, seu favorito desde a morte de Hefesto, que posteriormente o recusaria (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.2.4; QUINTO CÚRCIO, *História de Alexandre*, 10.4.4). Se tais relatos forem verdadeiros, tal recusa, embora certamente contrária às ambições do general, fazia-se conveniente, senão necessária, ao delicado momento em que vivia. Tendo dois herdeiros legítimos, um deles, embora incapaz, já adulto, e outro a caminho, era muito difícil que Perdicas conseguisse reivindicar para si a realeza sem ser acusado de usurpação; a regência, por outro lado, mostrava-se bem mais interessante (BRAUND, 2005: 22).

Ao convocar a assembléia composta pelo exército macedônico presente na Babilônia, Perdicas propôs que um governante interino fosse indicado até o nascimento do filho de Alexandre,

quando seria possível indicar um regente, no caso de um herdeiro, ou um novo rei, no caso do nascimento de uma menina.

Todavia, as tropas macedônicas não eram a favor da solução proposta; um governo interino representava instabilidade, o que atrasaria a desmobilização do exército. Outra questão que desagradava o exército era o fato de que caso Roxana carregasse, de fato, um herdeiro legítimo, este seria metade iraniano e metade macedônio; a possibilidade de o rei ter ascendência iraniana, ou bárbara, era repugnante para os homens que compunham a falange da infantaria (QUINTO CÚRCIO, *História de Alexandre*, 10.6.12-15; WILL, 1928: 35). As tropas apoiavam Filipe Arrideu, meio irmão de Alexandre que sofria de uma doença mental incurável. Apesar de sua deficiência, Arrideu apresentava um conjunto de características muito interessantes: era filho de Filipe II e, portanto, parente de Alexandre, estava presente e vivo, uma opção mais concreta do que esperar pelo filho póstumo do rei (ERRINGTON, 1970: 51).

Assim, segundo Diodoro, os amigos mais influentes dentro do círculo pessoal do rei e da guarda real reuniram-se em conselho juntamente com a cavalaria para decidir como proceder em relação à oposição das tropas. Meleagro foi, assim, enviado para lidar com a situação e demandar a submissão da infantaria às ordens da assembleia (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.2). Entretanto, o enviado aproveitou-se da insatisfação das tropas para atacar os interesses de Perdicas em nome de seus próprios interesses políticos. Porém, apesar de incitar o tumulto nas tropas, ele também solidificou o apoio dos nobres a Perdicas, uma vez que estes sabiam que apoiar Meleagro seria apostar em um governo tão instável quanto seus meios de ascensão (ERRINGTON, 1970: 52).

Para que se evitasse a guerra civil, a decisão final acordada entre os aliados de Arrideu e o conselho dos amigos do rei designava o meio irmão de Alexandre, rebatizado Filipe III, e seu filho, Alexandre IV, como reis; ainda assim, ambos eram incapazes de governar. Portanto, o alvo das querelas entre os generais era a posição de exercício efetivo do poder no império.

No entanto, a decisão final, embora beneficiasse Perdicas com uma posição privilegiada em relação aos outros generais, trazia consigo limitações. O poder de tutela dos reis seria dividido entre Perdicas, que ocuparia a função de quiliarca[3], e Crátero, designado então como protetor[4] de Arrideu

3 O termo, no sentido original da palavra, designa um conceito especificamente militar, "chefe de uma quiliarquia". No entanto, no caso do Império Alexandrino, assume características mais profundas, uma vez que na tradição persa o quiliarca dos reis assume um papel superior na corte: apesar de suas funções militares, o cargo designa importantes funções cerimoniais, políticas e sociais, sendo dessa forma o segundo homem depois do rei (BOSWORTH, 1971: 132).
4 Do grego προστάτης. Basicamente o "campeão do rei" ou, mais propriamente, προστάτης της 'Αρριδαίου βασιλείας (ARRIANO FGrH, 156 F1.3).

(ARRIANO FGrH 156 F1.3). Este último, embora ausente em uma missão dada por Alexandre antes de sua morte, não poderia ser esquecido no acordo, uma vez que era um dos generais mais queridos e leais ao rei e, o que era mais preocupante para Perdicas, dispunha de um exército de 10.000 veteranos. A administração dos territórios do império, por sua vez, seria dividida entre os generais mais importantes, entre eles Ptolomeu, que se dirigia ao Egito, Eumenes de Cárdia que ficava com a Capadócia, e Antípatro que, desconsideradas as últimas ordens de Alexandre antes de sua morte continuou no comando da Macedônia.

Ao fim deste primeiro acordo, ao que parece, a ideia de "unidade" do império ainda era sustentada, apesar das intensas desconfianças e conflitos (CHAMOUX, 2002: 40). Toda e qualquer decisão era tomada em nome dos reis, assim como toda a administração dos territórios deveria ser em prol dos mesmos, ou ao menos assim deveria parecer.

O GOVERNO DE PERDICAS

Assim que Perdicas assumiu a posição de quiliarca, ordenou o assassinato dos aliados de Meleagro na falange e também daqueles que demonstravam qualquer sinal de inimizade. Com efeito, as execuções foram feitas na presença de Filipe III, como se ele mesmo as tivesse comandado (ARRIANO FGrH 156 F1.4)tendo Meleagro sido assassinado logo depois sob o pretexto de conspiração contra o regente (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.4; ERRINGTON, 1970: 56-57).

Uma questão relevante referente à divisão do império foram os projetos "excêntricos" deixados por Alexandre. Segundo Diodoro, Perdicas encontrou os planos no arquivo do palácio na Babilônia; dentre as diversas ordens, as mais notáveis eram: a conclusão da pira funerária de Hefesto, que exigiria um grande gasto, a construção de mais de mil navios de guerra, maiores que trirremes, a construção de uma estrada ao longo da costa da Líbia se estendendo até os pilares de Héracles, a construção de portos; a construção de seis templos, cada um custando 1500 talentos, e, por fim, a fundação de cidades e a transferência da população da Ásia para a Europa, e também na direção contrária, para promover a unidade no reino e formar laços através de casamentos e arranjos familiares (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.4).

O regente não tinha intenções de realizar os projetos por serem muito dispendiosos, entretanto planos deixados por Alexandre não poderiam ser simplesmente ignorados. A constante desconfiança de Perdicas com relação a todos ao seu redor o impedia de ignorar os projetos que poderiam ser

usados para exaltar a glória de outrem a partir da associação com a imagem do rei. Ainda assim, para evitar que suas ações fossem consideradas arbitrárias e contrárias aos "grandes feitos da glória de Alexandre" (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.4.2-3) e eliminar a possibilidade da execução dos planos, Perdicas decidiu levar os projetos diante da assembleia comum dos macedônios para deliberação. Segundo Diodoro, os macedônios não hesitaram em rejeitá-los, por sua extravagância e impraticabilidade (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.4).

Outro evento que mostra as intenções de Perdicas foi a designação de Eumenes, um arquivista grego, para a satrapia da Capadócia. Essa região não havia sido conquistada por Alexandre, e era administrada por um persa chamado Ariarates. A atitude de designar essa região a um homem de confiança era bastante interessante para Perdicas, por ser uma área que permitiria supervisionar as movimentações e comunicações entre a Europa e a Mesopotâmia (WILL,1928: 28). Dessa forma, Perdicas avançou em direção à Capadócia junto ao rei Felipe III, contra Ariarates, pois este recusou-se a ceder seu reino a Eumenes. Ao vencer a guerra contra Ariarates, Perdicas matou quatrocentos homens e manteve outros quinhentos presos, incluindo Ariarates e sua família. Por fim, Perdicas torturou e impalou Ariarates e seus familiares, finalmente entregando a satrapia para Eumenes de Cárdia como fora originalmente decidido (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.16).

O CASAMENTO DE PERDICAS E NICAEA

Antípatro, com a ajuda de Crátero venceu a batalha em Lâmia. Em agradecimento, ofereceu a ele sua filha, Fila, em casamento, assim como muitas honras e presentes. Formaram assim uma aliança, e Antípatro preparou-se para ajudar o aliado no retorno para a Ásia, onde teria mais prestígio e dividiria, efetivamente, o poder de regente com Perdicas (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.16-18). Isso significava, também, uma aceitação por parte de Crátero às novas configurações, uma vez que este havia sido enviado à Macedônia para depor Antípatro.

As pressões cresciam em torno de Perdicas. Tendo saído de recentes batalhas na Ásia Menor, o quiliarca dos reis tinha assuntos diplomáticos preocupantes a tratar. Em um gesto de amizade, Antípatro enviou a resposta em aceitação ao pedido de casamento com Nicaea, pretendendo formar, dessa forma, uma aliança conveniente que facilitasse o retorno de Crátero à Ásia.

> [...] duas mulheres vieram para casarem-se com Perdicas: Niceia, filha de Antípatro, cuja mão o próprio Perdicas pedira em casamento, e Cleópatra, que era irmã do próprio Alexandre, filha de Filipe. Perdicas havia planejado trabalhar em harmonia com Antípatro, e por esta razão

> havia pedido a mão de Niceia quando sua posição ainda não estava firmemente estabelecida; mas quando ganhou controle dos exércitos reais e da guarda dos reis, mudou seus planos. Uma vez que agora almejava a monarquia, estava inclinado a casar-se com Cleópatra, acreditando que poderia usá-la para persuadir os macedônios a ajudá-lo a conquistar o poder supremo. (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.23.2-3)

Assim, Perdicas casou-se com Niceia, uma vez que rejeitá-la implicaria uma inimizade com Antípatro e seus aliados. No entanto, Perdicas, em acordo com a poderosa rainha Olímpia, comprometeu-se em segredo com Cleópatra (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.23.3). Antígono, no entanto, ao ficar sabendo de seus planos, partiu de encontro a Antípatro, com quem tinha boas relações, para adverti-lo (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.23.4). O plano de Perdicas expunha claramente suas ambições à realeza, o que não agradava a nenhum dos outros oficiais[5]. Estes eventos deflagraram a oposição entre Perdicas e seus aliados e a coalizão de Antípatro, Antígono e Crátero, que pretendiam, ainda, obter o apoio de Ptolomeu.

É interessante ressaltar que a expressão "Amigos" – *philoi* – de Alexandre, não implicava, necessariamente, a existência de amizade entre os mesmos (HECKEL, 2002: 87). Assim, não se deve pensar que não existissem hostilidades entre os generais desde o início. Segundo Heckel (2002, 82), Alexandre criara, em sua trajetória, um ambiente repleto de desconfiança: sempre cauteloso na escolha de seus generais e administradores, por vezes escolhia vários oficiais para a administração de um mesmo território, ou colocava em territórios adjacentes homens que não compartilhavam dos mesmos objetivos políticos. Isto, ao mesmo tempo em que criava desavenças e hostilidades, impedia a formação de possíveis coalizões contra o rei. A tensão entre os Companheiros de Alexandre, dessa forma, vinha de muito antes da morte do mesmo. Como nos diz Justino (13.1.14), o exército macedônio estava sob o comando de vários homens "que eram muito mais príncipes do que generais". Os oficiais de Alexandre eram, em sua maioria, extremamente ambiciosos, poderosos e competentes para aceitar postos de meros administradores, ainda mais sob a autoridade de uma realeza tão enfraquecida com a morte do rei. A luta da sucessão foi, dessa forma, o resultado do colapso da hierarquia existente e da ausência de um claro comando central (HECKEL, 2002: 86). Perdicas, em especial, segundo nossos relatos, era o menos querido entre eles. Ele levantava, segundo Arriano (FGrH 156 F1.5), suspeitas em todos e, ao mesmo tempo, suspeitava de todos. Um novo conflito, dessa forma, se formava no

5 Isto não significava, por outro lado, que eles próprios, com exceção de Ptolomeu, não compartilhassem desta mesma ambição.

seio do império.

PTOLOMEU SOTER E O ESTABELECIMENTO DO GOVERNO LÁGIDA

Enquanto isso, no Egito, Ptolomeu demonstrava ter outras preocupações em mente. Ele mostrou, ao longo de sua trajetória, ser um homem de natureza astuta e adaptável. Entre aqueles que participaram da divisão das satrapias, destacou-se pela eficiência de seu estabelecimento no Egito.

> Ptolomeu, o filho de Lago foi designado para governar o Egito e a Líbia e as terras árabes adjacentes ao Egito; e Cleomenes, que havia sido declarado governador dessa satrapia por Alexandre, era subordinado a Ptolomeu. (Arriano FGrH 156 F1.5).

Cleômenes, todavia, foi prontamente eliminado por Ptolomeu, que o considerava uma ameaça e acreditava que o governador era leal a Perdicas. Dessa forma, herdou os 8.000 talentos de Cleômenes, que havia explorado intensivamente a satrapia (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.14; WALBANK, 1981: 100-103). Os 8.000 talentos foram extremamente úteis na contratação de um exército para assegurar o território, bem como para a anexação de novos territórios (o que Ptolomeu pôs em prática posteriormente). A contratação de um exército mercenário é bastante lógica, considerando o contexto de desconfiança; Ptolomeu precisava assegurar-se militarmente contra invasões e a possibilidade de traições (TURNER, 1984: 123).

Ele demonstrava, segundo as fontes, a necessidade de se justificar como detentor do poder real, e o fazia através da criação de laços entre seus súditos e ele próprio; dessa forma legitimava seu poder da maneira que acreditava ser efetiva (BINGEN, 2007: 15). Esse modo de agir enobrecia a imagem do sátrapa que reunia cada vez mais aliados: "Ptolomeu assumiu o Egito sem dificuldade e tratava os habitantes com generosidade.[...] Vários amigos se uniram a ele por razão de seu senso de justiça." (Diod. 18.14). O termo traduzido nesse trecho como 'com generosidade' (*philanthropos*) não representa meramente a qualidade abstrata de 'generosidade' (*philanthropia*), característica do comportamento do rei helenístico; refere-se a *philanthropa*, atos de clemência tradicionalmente incorporados na proclamação de um rei em ascensão em relação aos seus súditos. Ptolomeu tenta assegurar a seus súditos de que ele, como novo sátrapa do Egito, não cometeria os mesmos abusos de Cleômenes.

Ptolomeu apresentava-se como obstáculo a qualquer um que pretendesse reunificar o império de Alexandre, e, principalmente, para Perdicas, cujos planos de reunificação já estavam em curso.

Pois, desde o início, rejeitava a ideia de um império homogêneo (WALBANK, 1993: 100); ele antevia que, após a morte do rei, seria improvável que se conseguisse manter as conquistas alexandrinas unas e indivisíveis e, ao contrário da maioria dos sucessores, que se voltavam para a Macedônia como uma possibilidade concreta de ascender à realeza, direcionou seus empreendimentos ao fortalecimento do território de seu interesse – o Egito. Entretanto, com Antípatro, mantia correspondência diplomática, o que levou a um tratado de cooperação quando a inimizade e a iminência de guerra tornaram-se claras entre Perdicas e Antípatro. De fato, o tratado de cooperação era extremamente vantajoso para Ptolomeu, uma vez que este sabia que Perdicas tentaria conquistar a satrapia do Egito.

Vemos, dessa forma, uma das diferenças cruciais entre os dois generais, que constitui, por sua vez, uma das principais razões do conflito final às margens do Nilo: a fragmentação era, para Perdicas, um mal a ser evitado a todo custo; para Ptolomeu, por outro lado, era, sem dúvidas, um destino inexorável. Assim sendo, sua política visava, prioritariamente, uma estrutura sólida: ao invés de competir pela realeza macedônica, buscava formas de estruturar e legitimar o seu poder no Egito, garantindo, assim, uma posição segura e próspera no que ele sabia que viria a ser um terreno movediço e perigoso. Nisto, um fator se fazia crucial para a realização de tais objetivos: o corpo de Alexandre.

DO CORPO DE ALEXANDRE AOS ERROS TÁTICOS DE PERDICAS: A DESCONFIANÇA SE CONSOLIDA

Segundo as fontes (QUINTO CÚRCIO, *História de Alexandre*, 10.5.4; DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.3.4), entre as últimas recomendações do rei antes de sua morte, estava o desejo de que seu corpo fosse "levado para Amon", ou seja, que fosse sepultado no Oásis de Siva, no Egito. A preparação do corpo e do elegante carro fúnebre no qual seria carregado levou dois anos inteiros até que estivesse pronto para sair em procissão. Diodoro descreve em detalhes tal preparação, bem como o impacto causado pela visão do veículo:

> Desta forma, a carruagem foi construída e ornamentada, e aparentava ser mais magnífica quando vista do que quando descrita. Devido à sua fama largamente difundida atraiu muitos espectadores; pois a cada cidade na qual adentrava todas as pessoas saíam para vê-la e acompanhavam-na até a sua saída, não ficando satisfeitas com o prazer de observá-la. Para corresponder à sua magnificência, era acompanhada por uma multidão de cantoneiros e mecânicos, e também por soldados mandados para escoltá-la. (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.28.1-2).

O destino do corpo de Alexandre, no entanto, era um assunto que remetia a muito mais do que a sua vontade final. Quando, em 321 a.C., a suntuosa procissão chegou ao Egito, Ptolomeu não hesitou em se aproximar com seu exército, de modo a apoderar-se do corpo e, oferecendo todas as honras devidas, o leva não para Siva, mas "para a cidade fundada pelo próprio Alexandre" (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.28.3). Embora esta fonte em nada evidencie a ocorrência de qualquer conflito armado – o próprio Arriano relata o acontecimento como uma entrega voluntária e pacífica por parte de Arrideu, uma vez que este, segundo ele, era contrário à vontade de Perdicas (FGrH 156 F9.25), é difícil de acreditar que o processo tenha se dado tão pacificamente. Não convém aqui, no entanto, discorrer a respeito de como se deu esta transferência; o mais importante a respeito de tal fato foram as novas configurações diplomáticas do império a partir daí.

Para Erskine, em seu artigo *Alexandria and the Body of Alexander* (2002), o império girava em torno de Alexandre, mesmo após a sua morte. As intenções do rei, desta forma, não eram convenientes à presente situação, a não ser, é claro, para Ptolomeu. O corpo tinha um caráter talismânico (BRAUND, 2005: 23); considerando a magnificência de seu cortejo, a assimilação do rei à figura de Zeus-Amon e o caráter divino que seu corpo assumiu, é de se supor que, como propõe Erskine, o corpo de Alexandre tenha se tornado um ícone de culto (ERSKINE, 2002: 174). Mais do que isso a posse do corpo de Alexandre significava a legitimação do controle Ptolomaico no Egito: associando-se à imagem de Alexandre, Ptolomeu passava a ser mais do que um mero governador; em uma cidade como Alexandria que, à época, era ainda uma cidade em construção, povoada principalmente por militares, em grande parte estrangeiros, o corpo de Alexandre representava uma ligação com o mundo grego, dando assim um "sentido de continuidade" a uma comunidade imigrante (ERSKINE, 2002: 173). Vale lembrar que suas aquisições voltavam-se principalmente para a guarnição de seus exércitos e para a defesa do território egípcio, sendo a contratação de mercenários e a lealdade dos militares essenciais para isso. De uma forma geral, tal manobra aumentou o carisma e a autoridade de Ptolomeu, associando sua própria figura à de Alexandre.

Tais medidas, para a infelicidade de Perdicas, também significavam o enfraquecimento de sua regência. Afinal, Perdicas era o homem no comando do império, e o corpo de Alexandre, por sua vez, constituía parte de seu legado (ERSKINE, 2002: 171). O "rapto" do corpo de Alexandre representava, dessa forma, a ruptura da unidade imperial que ele tanto desejava conservar.

Todos esses fatores, dessa forma, afetavam profundamente sua reputação como representante

dos reis, bem como o reconhecimento de sua autoridade. Ao mesmo tempo, o cerco se fechava cada vez mais para o general: tendo deixado o cerco de Lâmia, Antípatro e Crátero dirigiram-se com um numeroso exército para a Ásia, para defrontarem-se com as forças de Perdicas. O último, sabendo que seu desfalcado exército não resistiria a um confronto direto, enviou seu oficial, Eumenes, com a maior parte das tropas para o Helesponto, com o objetivo de impedir a entrada dos generais na Ásia, enquanto ele marcharia com os reis, Alexandre IV e Filipe III, contra Ptolomeu, a fim impedir o aumento de seu poder e eliminar o obstáculo que este representava à sua posição (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.29.1-3). No entanto, como já mencionado, Perdicas tornou-se, com o passar do tempo, uma figura de pouquíssima estima, não só entre os oficiais, como também entre as tropas. Tal enfraquecimento, considerando sua frágil posição político-militar contraposta à bem estruturada figura de Ptolomeu, tornar-se-ia uma fatalidade para seus planos.

Perdicas invadiu o Egito com o exército real, porém ao tentar estabelecer acampamento em uma ilha formada no leito do Nilo, próximo a Mêmfis, o general deparou-se com um destino desastroso. Suas tropas iniciaram a travessia pelo leito em direção à ilha, os homens atravessavam por um corredor formado por elefantes de um lado e a cavalaria do outro; com o tempo, a areia no fundo do rio começou a ser posta em movimento pelas passadas dos animais e carregada pela correnteza. O rio ficou muito profundo para que se desse prosseguimento à travessia. Dessa maneira, como Diodoro narra, Perdicas ordenou que todos fizessem o percurso de volta:

> Quando todos foram forçados a atravessar o leito novamente, aqueles que sabiam nadar bem e eram mais fortes foram bem sucedidos na travessia do Nilo, depois de se desfazerem de boa parte de seus equipamentos; mas do resto, por conta da falta de habilidade aquática, alguns foram engolidos pelo rio, outros acabaram na margem em direção ao inimigo, mas a maioria dos homens foi carregada por um tempo pela correnteza e devorada pelos animais do rio." (DIODORO, *Biblioteca Histórica*, 18.35).

Cerca de 2.000 homens morreram. A liderança de Perdicas era questionada por todas as tropas que viam em Ptolomeu a verdadeira figura de um líder. É importante ressaltar aqui a natureza profissional das tropas macedônicas, e a incompetência de Perdicas no comando de seu exército levando parte significativa de seus homens, incluindo homens de alta patente, à morte. Entretanto, este evento desastroso foi simplesmente o estopim para a revolta do exército, que já não reconhecia um líder, muito menos um rei helenístico tal qual Alexandre, no homem que ocupava a posição de

comando.

Em 321 a.C., Perdicas perdeu progressivamente o controle da situação. Dois aspectos dessa perda de controle colaboraram fortemente para o desastre da invasão do Egito. Um desses aspectos foi o isolamento diplomático do quiliarca; a partir do fracasso na tentativa de estabelecer uma aliança com Antípatro e o subsequente rompimento das relações diplomáticas com ele e seus aliados, Antígono e Crátero, Perdicas contava basicamente com Eumenes e Alcetas. As alianças entre os diádocos se mostravam indispensáveis na execução dos projetos pessoais de cada um. A falsa sensação de auto-suficiência de seu cargo estava entre um dos maiores erros de Perdicas, bem como o afastamento de aliados e as consequentes forças agregadas contra ele.

Outro aspecto foi o conjunto de decisões arbitrárias que contribuíram para a má reputação de Perdicas. A mão de Adeia, filha de Amintas e Cinane, foi oferecida a Filipe III. Perdicas viu na possibilidade desse casamento uma grande ameaça ao seu domínio, mandou, então, matar Cinane. Entretanto, ao fazer isso Perdicas subestimou a importância que as tropas ainda davam à linhagem de Filipe II e Alexandre Magno. O assassinato levou a uma rebelião no exército que considerava o assassinato arbitrário e não via nenhum impedimento para o casamento de Adeia e Filipe III.

O carisma também não era uma de suas características mais evidentes. Perdicas não demonstrava possuir nenhuma das características ideais dos *basileis*; não demonstrou em seu comportamento a *philanthropia*, muito menos o exercício do poder de maneira efetiva que demonstrava o caráter heróico e até mesmo de natureza divina do monarca. Ademais, os reis helenísticos eram, essencialmente, vencedores que garantiam a prosperidade (TURNER, 1984: 123; BINGEN, 2007: 18). A característica mais marcante de Perdicas foi sua avidez pelo poder, mostrando-se inseguro em relação às suas decisões: sua indecisão na questão do casamento com Niceia e da possibilidade de casar-se com Cleópatra, por exemplo. Além disso, cometeu sucessivos erros estratégicos, sempre suspeitando de todos a sua volta, acabou traído por suas próprias escolhas e foi assassinado por seus companheiros. O relato de Arriano do acontecimento reflete a má repercussão da conduta de Perdicas, bem com suas consequências derradeiras:

> Perdicas, tendo saído de Damasco para fazer guerra contra Ptolomeu, filho de Lago, chegou ao Egito com os reis e um grande exército. Ele fez várias acusações contra Ptolomeu, que se inocentou publicamente, de modo que as acusações aparentaram não ter fundamento. Perdicas, não obstante a oposição de suas tropas, decidiu levar a guerra adiante. Por duas vezes ele foi derrotado e, tendo tratado aqueles que mostraram-se inclinados a ir até Ptolomeu com grande severidade, e tendo em outros aspectos se comportado com mais arrogância do que

deveria um general, foi assassinado por sua própria cavalaria durante um combate." (Arriano FGrH 156 F9.28-29)

Assim, terminava a invasão do Egito. Ptolomeu, tendo perpetuado seu governo graças a suas habilidades políticas e, principalmente, a sua conduta perspicaz, detinha não só a estima dos egípcios, como também das forças inimigas. Com a morte de Crátero, derrotado por Eumenes no Helesponto, um novo acordo se estabeleceria entre os generais sobreviventes em Triparadiso, em 320. Isto, porém, era apenas o começo de uma era de conflitos, marcada pela vitória de tendências particularistas na busca pelo poder (WILL, 1928: 29).

CONCLUSÃO

É interessante pensar, por fim, no papel da diplomacia entre os sucessores. Longe de ser exercida em prol de um "bem comum", ela representava, muitas vezes, um simples meio para o sucesso político ou militar. Alianças eram feitas de acordo com as configurações presentes, e se desfaziam com a mesma facilidade.

O papel do *basileus* também não poderia ser ignorado; no contexto de disputas pela sucessão de Alexandre Magno, vemos Ptolomeu bem mais próximo do ideal do novo tipo de monarquia inaugurado pelo rei do que Perdicas. Ptolomeu demonstrou ser um líder que agregava as diferentes características que faltavam ao quiliarca: astúcia, habilidade em manter relações diplomáticas, carisma e *philanthropia*.

Com a eliminação de Perdicas, o poder ficou novamente vago, bem como a tutela dos reis, que se tornava cada vez mais – senão desde o início – um pretexto para empreendimentos pessoais. Não demoraria muito, no entanto, para que isso se fizesse evidente e os dois monarcas, juntamente com suas famílias, fossem eliminados. A impossibilidade da continuidade do império era evidente desde o início, mas isso não impediu que vários dos sucessores de Alexandre tentassem alcançar o poder imperial. Eles ascenderiam e sucumbiriam ao longo dos anos, porém um deles, Ptolomeu, consolidaria seu poder no próspero território do Egito, dando início, graças às suas habilidades diplomáticas e à sua inteligente política de perpetuação, a uma linhagem de governantes que reinariam por quase 300 anos a dinastia lágida.

REFERÊNCIAS

Fontes:

- DIODORO DA SICÍLIA. *Biblioteca Histórica.* Tradução de Russel M. Geer. Cambrigde, MA; London: Harvard University Press, 1947.
- JUSTINO. *Justino, Cornélio Nepos e Eutrópio*. Traduzido por John S. Watson. London: H.G. Bohn, 1853.
- QUINTO CÚRCIO. *História de Alexandre, livros VI-X***.** Traduzido por John C. Rolfe, Cambrigde, MA; London: Harvard University Press, 1946.

Bibliografia:

- BINGEN, Jean. *Hellenistic Egypt: Monarchy, Society, Economy, Culture*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- BRAUND, David. After Alexander: the Emergence of the Hellenistic World, 323-281. In: ERSKINE, Andrew. (ed.). *A Companion to the Hellenistic World*. Oxford: Blackwell, 2003.
- BOSWORTH, A. B. The Death of Alexander the Great: Rumour and Propaganda. *The Classical Quarterly*, Vol. 21, pp. 112-136. Cambridge University Press, 1971.
- CHAMOUX, François. The Diadochi and the Dream of Unity. In: *The Hellenistic Civilization*. Oxford: Blackell, 2002.
- ESRKINE, Andrew. Life after Death: Alexandria and the Body of Alexander. *Greece & Rome*, Vol. 49, pp. 163-179. Cambridge University Press, 2002.
- ERRINGTON, R.M. From Babylon to Triparadeisos: 323-320 BC. *The Journal of Hellenic Studies*, Vol. 90, pp. 49-77. The Society for the Promotion of the Hellenistic Studies, 1970.
- HECKEL, W. The Politics of Distrust: Alexander and his Successors. In: OGDEN, Daniel. *The Hellenistic World, New Perspectives.* Londres: The Classical Press of Duckworth, 2002.
- JACOBY, F. *Die Fragmente der griechischen Historiker*, Berlin-Leiden, 1923-58.
- WALBANK, F.W. *The Hellenistic World.* Cambrigde, MA: Harvard University Press, 1993.
- WILL, E. The Succession to Alexander. In: WALBANK, F.W. *The Cambridge Ancient History. VII: The Hellenistic World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1928.

Livro em Destaque

VALLAUD, Pierre O Cerco de Leningrado. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

"Todos os rastros documentais de eventos bélicos que envolvem crimes contra populações civis acabam apagados ou distorcidos. De todos os inúmeros episódios obscuros da extensa história da 2.ª Guerra Mundial, o cerco de Leningrado ocupa o topo da lista. Iniciado em junho de 1941, logo após o começo da inesperada invasão da URSS por Hitler, foi mantido como segredo militar, só revelado oficialmente quase um ano depois, por um telegrama impresso no Pravda. Mesmo as fontes soviéticas, liberadas nos últimos 20 anos, não ajudam muito na reconstituição, já que aquelas escritas durante o regime estalinista são omissas e exageram o papel do "Guia Supremo", enquanto as do tempo de Khruchev aumentam a dose do heroísmo militar e diabolizam Stalin. Já os relatos testemunhais, por causa da vigilância crônica da censura, só são confiáveis quando não registram a atmosfera política. Documentos do lado ocidental também não constituem nenhum mar de rosas para os historiadores: as poucas fontes militares, que se referem ao episódio, foram compiladas por oficiais alemães, os quais, no contexto da Guerra Fria e sob inspiração norte-americana, encarregaram-se de "limpar sujeiras" da Wehrmacht, tornando seus quadros mais aceitáveis para formar o exército da futura RFA.

Lendo nas entrelinhas e equilibrando-se na intrincada balança das omissões e as distorções das fontes, Pierre Vallaud, experiente historiador da 2.ª Guerra, constrói em O Cerco de Leningrado, uma narrativa detalhada e, tanto quanto possível, bastante próxima daquela objetividade mínima, nascida da boa-fé historiográfica. Por que os alemães não ocuparam Leningrado em setembro de 1941, quando dominavam todas as posições-chave em torno da cidade? Muito se falou sobre tal decisão e Vallaud explora todos os motivos, incluindo as estratégias militares: o receio do desgaste

das tropas pela falta de abastecimento; a disputa interna entre os oficiais alemães e a concentração do foco na tomada de Moscou, tornando incerta a logística da guerra e, por fim, a perversa política de Hitler de riscar do mapa a "bela cidade de Lenin" pelo aniquilamento total. A bela São Petersburgo, que trocara seu nome para Leningrado após a revolução de 1917 e contava, na época, com quase 3 milhões de habitantes -, era importante tanto como eixo estratégico no Báltico quanto pelo seu significado simbólico de antiga capital dos czares.

Contra a obscuridade, a distorção de julgamento e o apagamento de rastros, Vallaud mobiliza o que há de melhor do métier do historiador, mostrando - para além das taras do regime estalinista e da crueldade genocida dos nazistas - quanto o Cerco de Leningrado virou um monumento da mais pura e simples luta pela sobrevivência humana. "

-Trechos do release escrito pelo prof. Elias Thomé Saliba da USP.[1]

A introdução e o sumário da obra estão disponíveis no site da editora.: http://www.editoracontexto.com.br/o-cerco-de-leningrado.html

FICHA TÉCNICA:

ISBN: 978-85-7244-719-5 – 256 páginas – 1ª edição - 2012

Preço médio – R$ 49,00

SOBRE O AUTOR:

Pierre Vallaud é historiador especialista em história contemporânea e em guerras do século

1 Publicado no jornal O Estado de São Paulo em 23 de junho de 2012. (A versão está disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,sobre-o-flagelo-de-uma-cidade-sitiada,890453,0.htm)

XX. Também é diretor de publicações da Réunion des Musées Nationaux e Professor de Relações Internacionais da Universidade Saint-Joseph de Beyrouth. É autor de diversas obras sobre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, sobre a Guerra da Argélia e da Indochina Francesa, entre outros temas.

RBHM

Revista Brasileira de

História Militar

A Revista Brasileira de História Militar é uma publicação eletrônica, independente, com periodicidade quadrimestral, destinada à divulgação de artigos de historiografia militar, produzidos por pesquisadores brasileiros ou estrangeiros, elaborados dentro dos padrões de produção científica reconhecidos pelos meios acadêmicos. Destina-se também a publicação de trabalhos de pesquisa e de metodologia, além da divulgação de eventos acadêmicos, desde que relacionados à História Militar e aprovados por seu conselho editorial.